A TEORIA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE

BALANÇO E PERSPECTIVAS

A REVOLUÇÃO PERMANENTE

TROTSKY

EDITORA
sundermann

Coordenação editorial: João Ricardo Soares

Produção editorial: Patricia Mafra e Eduardo Perez

Tradução:

Balanço e perspectivas: Diego Siqueira

A revolução permanente: Hermínio Sacchetta

A revolução espanhola e as tarefas dos comunistas: João Galvão

Cartas entre Trotsky e Preobrazhensky: Diego Siqueira

Capa: Victor Alves Pontes

Revisão final e comparação com o original russo: Henrique Canary

---

Trotsky, Leon

A teoria da revolução permanente. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

384 p., 1ª edição

ISBN: 978-85-99156-58-2

1. Marxismo. 2. Internacionalismo. 3. Revolução socialista.

Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann

Avenida Nove de Julho, 925•

Bela Vista • São Paulo • Brasil • 01313-000 •

55 -11 3253 5801

vendas@editorasundermann.com.br • www.editorasundermann.com.br

BALANÇO E PERSPECTIVAS

PREFÁCIO DE 1919

O caráter de nossa revolução era a questão fundamental ao redor da qual se agrupavam as diversas correntes ideológicas e organizações políticas no movimento revolucionário russo. Na própria social-democracia essa questão provocou, quando o curso dos acontecimentos começou a lhe dar uma forma concreta, as maiores divergências de opiniões. Desde 1904, essas divergências de opiniões se expressavam em duas correntes básicas: o menchevismo e o bolchevismo. O ponto de vista menchevique partia do princípio de que nossa revolução seria *burguesa*, isto é, que sua consequência natural seria a transferência do poder à burguesia e a criação de condições para a existência de um parlamento burguês. O ponto de vista dos bolcheviques, ao contrário, embora reconhecendo a inevitabilidade do caráter burguês da revolução vindoura, apresentava como tarefa da revolução a criação de uma república democrática sob a ditadura do proletariado e do campesinato.

A análise social dos mencheviques se caracterizava por uma superficialidade extraordinária e na essência se reduzia a analogias históricas aproximativas – o método típico da pequena burguesia "culta". As advertências de que as circunstâncias do desenvolvimento do capitalismo russo haviam provocado grandes contrastes entre seus dois pólos e condenado a democracia burguesa à insignificância não impediam os mencheviques de buscar incansavelmente uma democracia "autêntica", "verdadeira", que teria de pôr-se à frente da "nação" e introduzir condições parlamentares e, se possível, democráticas, para o desenvolvimento capitalista. Nem mesmo as experiências dos acontecimentos posteriores conseguiram convencer os mencheviques do erro que significavam seus pontos de vista. Os mencheviques tentavam sempre e em todas as partes descobrir indícios de desenvolvimento de uma democracia burguesa, e quando não encontravam, os imaginavam. Exageravam a importância de qualquer declaração ou discurso "democrático" e subestimavam, ao mesmo tempo, a força do proletariado e as perspectivas de sua luta. Os mencheviques se esforçavam tão fanaticamente em encontrar uma democracia burguesa dirigente para assegurar o caráter burguês "legal" da revolução, que eles próprios se encarregaram, com mais ou menos êxito, durante a revolução, quando não apareceu nenhuma democracia burguesa dirigente, de cumprir com os deveres desta. Está completamente claro que uma democracia pequeno-burguesa sem ideologia socialista alguma, sem um estudo marxista das relações de classe, não podia atuar, nas condições da revolução russa, de outra forma senão como a que atuaram os mencheviques, como partido "dirigente" na Revolução de Fevereiro. A ausência de uma base social séria, sobre a qual se pudesse apoiar uma democracia burguesa, foi demonstrada na figura dos próprios mencheviques: rapidamente caduca-

ram, e no oitavo mês da revolução foram varridos pela luta de classes.

De outro lado, o bolchevismo não estava de forma alguma contagiado pela crença no poder e na força de uma democracia burguesa revolucionária na Rússia. Desde o início reconheceu o significado decisivo da classe operária na revolução vindoura, mas seu programa se limitava, na primeira época, aos interesses das grandes massas camponesas, sem as quais – e contra as quais – a revolução não poderia ser levada a cabo pelo proletariado. Daí seu reconhecimento momentâneo do caráter democrático-burguês da revolução.

Em relação à sua apreciação das forças internas da revolução e de suas perspectivas, o autor não pertencia, nesse período, a nenhuma das duas correntes principais do movimento operário russo. O ponto de vista adotado então pelo autor pode ser formulado da seguinte maneira esquemática: correspondentemente às suas tarefas mais próximas, a revolução começa como burguesa, mas rapidamente provoca poderosos conflitos de classes e só chega à vitória se transferir o poder à única classe capaz de se colocar à frente das massas oprimidas: o proletariado. Uma vez no poder, o proletariado não quer e nem pode se limitar ao marco de um programa democrático-burguês. A revolução só poderá ser levada a cabo se a revolução russa se converter em uma revolução do proletariado europeu. Então, será superado o programa democrático-burguês da revolução, junto com seu marco nacional, e a dominação política temporária da classe operária russa irá se prolongar até a uma ditadura socialista permanente. Mas se a Europa não avançar, então a contrarrevolução burguesa não tolerará o governo das massas trabalhadoras na Rússia e empurrará o país para trás – muito para trás da república democrática dos operários e camponeses. O proletariado, então, chegando ao poder, não deve se limitar ao marco da de-

mocracia burguesa, mas deve empregar a tática da *revolução permanente*, isto é, anular os limites entre o programa mínimo e o programa máximo da social-democracia, passar para reformas sociais cada vez mais profundas e buscar um apoio direto e imediato para a revolução na Europa ocidental. Essa posição é desenvolvida e discutida neste trabalho, escrito em 1904-1906 e reeditado agora.

O autor defendeu, durante uma década e meia, o ponto de vista da revolução permanente, mas ao avaliar as frações em luta dentro da social-democracia, cometeu um erro. Como então ambas partiam das perspectivas de uma revolução *burguesa,* o autor acreditava que as divergências de opiniões não eram tão profundas para justificar uma cisão. Ao mesmo tempo, esperava que o desenvolvimento posterior dos acontecimentos demonstrasse claramente a todos, por um lado, a falta de força e a impotência da democracia burguesa russa, e por outro, o fato de que seria objetivamente impossível ao proletariado manter-se no poder dentro dos limites de um programa democrático, o que, em suma, faria desaparecer as divergências de opinião entre as frações.

Sem pertencer a nenhuma das duas frações durante a emigração, o autor subestimava um fato muito importante: junto às divergências de opiniões entre bolcheviques e mencheviques, surgiam, de fato, um grupo de revolucionários inflexíveis de um lado e um agrupamento de elementos cada vez mais desagregados pelo oportunismo e falta de princípios de outro. Quando a revolução estourou em 1917, o partido bolchevique representava uma organização centralizada forte, que havia absorvido os melhores elementos entre os operários progressistas e a intelectualidade revolucionária, que em sua tática se orientava – depois de uma breve luta interna – em completo acordo sobre a situação internacional e sobre as relações de classe na Rússia rumo a uma ditadura socialis-

ta da classe operária. A fração menchevique, ao contrário, havia amadurecido naquela época o suficiente para assumir – como já mencionamos – as tarefas da democracia burguesa.

Ao editar de novo seu trabalho, o autor deseja não apenas explicar os fundamentos teóricos que, desde o início de 1917, permitiram a ele e a outros camaradas que estiveram durante vários anos fora da fração bolchevique, unir seu próprio destino ao destino do partido. O autor deseja também recordar a análise histórico-social das forças motrizes da revolução russa, segundo a qual a conquista do poder político pela classe operária poderia e teria de ser considerada como tarefa de nossa revolução – e isto muito antes que a ditadura do proletariado chegasse a ser um fato consumado. O fato de que agora podemos editar sem modificações um trabalho escrito em 1906, e formulado em seus traços básicos já em 1904, é uma amostra convincente de que a teoria marxista não está ao lado do apoio menchevique a uma democracia burguesa, mas ao lado do partido que de fato realiza atualmente a ditadura da classe operária.

O teste final da teoria continua sendo a experiência. O fato de que os acontecimentos dos quais participamos agora e as formas desta participação estivessem já previstos, em seus traços básicos, há uma década e meia, é uma prova irrefutável de que a teoria marxista tem sido aplicada corretamente por nós.

No apêndice reproduzimos o artigo "A luta pelo poder", que apareceu no jornal parisiense *Nashe Slovo* de 17 de outubro de 1915.[1] O artigo tem uma função polêmica: ele parte da crítica à "carta" programática dos líderes do menchevismo "Aos camaradas da Rússia" e chega à conclusão de que, na década posterior à revolução de 1905, o desenvolvimento

[1] Não publicado na presente edição. (N. do E.)

das relações de classe minava ainda mais as aspirações mencheviques por uma democracia burguesa, tendo unido, pelo contrário, ainda mais estreitamente o destino da revolução russa à questão da ditadura da classe operária. É preciso ser um estúpido para ainda se falar, depois de uma luta ideológica de vários anos, do "aventureirismo" da Revolução de Outubro!

Quando se fala da relação dos mencheviques com a revolução, não se pode deixar de comentar a degeneração menchevique de Kautsky, que encontra agora na "teoria" de Martov, Dan e Tseretelli sua própria decadência teórica e política. Depois de outubro de 1917 ouvimos de Kautsky que, embora a conquista do poder político pela classe operária também seja a tarefa histórica do partido social-democrata, como o Partido Comunista russo não chegou ao poder entrando pela porta e no prazo particular fixado por Kautsky, a república soviética deveria ser entregue para correção a Kerensky, Tseretelli e Chernov. Essa crítica pedante-reacionária de Kautsky deve ter surpreendido ainda mais os camaradas que passaram pelo período da primeira revolução russa com os olhos abertos e que leram o artigo de Kautsky de 1905-1906. Kautsky na ocasião compreendeu e reconheceu, seguramente não sem a influência benéfica de Rosa Luxemburgo, que a revolução russa não poderia terminar em uma república democrática burguesa, mas que teria de conduzir, dado o nível alcançado pela luta de classes no interior do país e a situação internacional do capitalismo, à ditadura da classe operária. Kautsky falava então diretamente de um governo operário com maioria social-democrata. Não lhe ocorria obrigar o curso real da luta de classes a depender de combinações superficiais e temporárias da democracia política. Kautsky compreendia então que a revolução começaria a despertar pela primeira vez muitos milhões de camponeses e a pequena burguesia urbana, e nem mesmo de uma vez, mas lentamente, camada por camada, de

forma que, no momento em que a luta entre o proletariado e a burguesia capitalista se aproximasse de seu clímax, amplas massas camponesas ainda se encontrariam em um nível primitivo de desenvolvimento político, dando seus votos aos partidos políticos das camadas intermediárias, que refletiriam precisamente apenas o atraso e os preconceitos do campesinato. Kautsky compreendia então que o proletariado, uma vez tendo conquistado o poder pela lógica da revolução, não poderia adiar suas tarefas arbitrariamente por um tempo indefinido, já que com essa renúncia deixaria o campo livre para a contrarrevolução. Kautsky compreendia então que o proletariado, se tem o poder revolucionário em suas mãos, não deixaria o destino da revolução dependente do estado de ânimo passageiro das massas menos conscientes e despertas, mas que, ao contrário, converteria toda a autoridade pública concentrada em suas mãos em um aparato de educação e organização dessas massas camponesas atrasadas e ignorantes. Kautsky compreendia que chamar a revolução russa de revolução burguesa e limitar suas tarefas significava, consequentemente, não entender nada do que se passa no mundo. Reconheceu corretamente, junto com os marxistas revolucionários russos e poloneses, que se o proletariado russo conseguisse o poder antes que o europeu, deveria aproveitar sua posição de classe dominante não para entregar rapidamente suas posições para a burguesia, mas para prestar uma poderosa ajuda à revolução proletária na Europa e em todo o mundo. Todas essas perspectivas internacionais, penetradas pelo espírito da doutrina marxista, não se faziam dependentes, nem para Kautsky, nem para nós, de como e em quem o campesinato votaria em novembro e dezembro de 1917 nas eleições da assim chamada Assembleia Constituinte.

Agora, quando as perspectivas traçadas há quinze anos se tornaram realidade, Kautsky nega à revolução russa a certi-

dão de nascimento com o argumento de que ela não foi devidamente registrada no cartório político da democracia burguesa. Que fato mais assombroso! Que incrível degradação do marxismo! Pode-se dizer com todo o direito que a decadência da II Internacional encontrou uma expressão ainda mais horrível com esse juízo filisteu sobre a revolução russa, por um de seus maiores teóricos, do que com os créditos de guerra de 4 de agosto.

Kautsky desenvolveu e defendeu durante décadas as ideias da revolução social. Agora, quando esta se torna realidade, ele se retira cheio de terror. Resiste ao poder soviético na Rússia e adota uma postura hostil contra o poderoso movimento do proletariado comunista na Alemanha. Kautsky assemelha-se a um miserável professor que, ano após ano, dentro das quatro paredes de sua classe abafada, descreve a primavera aos seus alunos e quando, finalmente, no final de seus dias de professor, sai para sentir o ar fresco, não reconhece a primavera, se enfurece, tanto quanto pode se enfurecer um professor, e tenta demonstrar que a primavera não é nenhuma primavera, mas apenas uma grande desordem da natureza, já que atenta contra as leis das ciências naturais. Ainda bem que os operários não se fiam nem mesmo nos mais autorizados pedantes, mas apenas na voz da primavera! Nós, os discípulos de Marx, continuamos convencidos, junto com os operários alemães, de que a primavera da revolução começou em completo acordo com as leis da natureza social e, ao mesmo tempo, com a teoria marxista, já que o marxismo não é o ponteiro de um professor pairando acima da história, mas uma análise social das vias e formas do processo histórico tal como se dá na realidade.

Não modifiquei os textos das duas obras – a de 1906 e a de 1915. Inicialmente, queria completá-las com notas que as aproximassem do momento atual, mas ao reler os textos, abandonei esse projeto. Se eu quisesse entrar em detalhes, teria

dobrado o tamanho deste livro, para o que, no momento, me falta tempo. Além disso, para o leitor, semelhante "livro de dois andares" teria sido incômodo. Mas creio que, nas suas principais ramificações, o raciocínio aproxima-se da situação atual. O leitor que se submeter ao aborrecimento de estudar este livro com mais atenção poderá completar a representação, sem dificuldades, com os dados necessários da experiência da revolução atual.

L. Trotsky
12 de março de 1919
Kremlin

INTRODUÇÃO

A revolução na Rússia foi uma surpresa para todos, com exceção da social-democracia. Há muito tempo que o marxismo previu a inevitabilidade da revolução russa, que devia estalar em consequência de um choque entre as forças do desenvolvimento capitalista de um lado, e as forças de inércia do absolutismo de outro. O marxismo havia previsto o conteúdo social da revolução iminente. Declarando-a "burguesa", o marxismo indicava que as *tarefas imediatas e objetivas* da revolução consistiam na criação de condições "normais" para a evolução de toda a sociedade.

Não são mais necessárias discussões nem provas para demonstrar que o marxismo *teve razão.* Coloca-se hoje para os marxistas outra tarefa bem diversa: a definição das "possibilidades" da revolução que se desenvolve, mediante a análise do seu mecanismo interno. Seria um erro grave simplesmente igualar nossa revolução com os acontecimentos dos anos 1789-1793 ou do ano 1848. Analogias históricas, pelas quais

o liberalismo vive e das quais se nutre, não podem substituir a análise social.

A revolução russa tem um caráter todo específico, representando a soma de todas as particularidades de nossa evolução histórica e social e descobrindo diante de nós, por seu turno, perspectivas históricas inteiramente novas.

I. AS PECULIARIDADES DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO RUSSO

Comparando o desenvolvimento social da Rússia com o de outros países europeus – resumindo seus traços comuns e pondo em relevo as diferenças entre sua história e a história russa – estamos em condições de dizer que a característica essencial do desenvolvimento social russo é seu primitivismo e sua lentidão.

Não queremos nos ocupar aqui das causas naturais desse primitivismo, mas o fato em si nos parece inquestionável: a sociedade russa nasceu sobre uma base econômica mais simples e pobre.

O marxismo ensina que o desenvolvimento das forças produtivas constitui a base do processo sócio-histórico. A formação de corporações e classes econômicas somente é possível quando esse desenvolvimento alcançou um ponto determinado. É preciso, para a diversificação de camadas e classes, que por sua vez é determinada pelo desenvolvimento da divisão do trabalho e da formação de funções sociais especializadas, que a parte da população ocupada diretamente na

produção material produza, além do necessário para o seu próprio consumo, um excedente Somente alienando esse excedente as classes não produtivas podem surgir e se estruturar. A divisão do trabalho dentro das mesmas classes produtivas apenas é imaginável a partir de um certo nível de desenvolvimento agrícola, na qual fica garantido o abastecimento da população não camponesa com artigos do campo. Essas condições fundamentais para o desenvolvimento social já foram formuladas claramente por Adam Smith.

Disso resulta – embora o período de Novgorod[2] em nossa história coincida com o início da Idade Média europeia – seu lento desenvolvimento econômico, causado por condições histórico-naturais, como situação geográfica desfavorável e população escassa. Essas condições dificultaram o processo de formação de classes, dando-lhe um caráter mais primitivo.

É muito difícil dizer que direção teria tomado a história da sociedade russa se ela houvesse transcorrido isoladamente e se tivesse sido influenciada apenas por suas próprias tendências internas. É suficiente dizer que este não foi o caso. A sociedade russa, que se formava sobre uma determinada base econômica interior, estava sempre sob a influência, e inclusive sob a pressão, do meio sócio-histórico exterior.

Quando essa organização social e estatal, no processo de sua formação, entrou em colisão com outras organizações vizinhas, jogaram um papel decisivo, de um lado, o primitivismo das circunstâncias econômicas e, de outro, seu nível de desenvolvimento relativamente alto.

O Estado russo, que havia sido formado sobre uma base econômica primitiva, estabeleceu relações e chegou a ter con-

---

[2] Principado russo independente em que se observam elementos de administração republicana. Mais tarde foi anexado ao principado de Moscou. (N. do E.)

flitos com organizações estatais que tinham se desenvolvido sobre uma base econômica mais alta e mais estável. Aqui se colocavam então duas possibilidades: ou o Estado russo sucumbia nessa luta, como sucumbiu a Horda de Ouro[3] na luta contra o Estado de Moscou, ou o Estado russo teria, em seu desenvolvimento, que se adiantar à própria evolução das condições econômicas e gastar muito mais energia vital do que seria preciso no caso de um desenvolvimento isolado. Para a primeira alternativa a economia russa não era primitiva *o bastante*. O Estado não se desfez, mas começou a se desenvolver à custa de um enorme esforço de suas forças econômicas.

O essencial não é, portanto, que a Rússia estivesse cercada de inimigos. Apenas isto não é o suficiente. De fato, tal situação se aplicaria a qualquer Estado europeu, exceto talvez a Inglaterra. Mas, em sua luta pela existência, esses Estados se apoiavam em uma base econômica mais ou menos homogênea e, por isso mesmo, o desenvolvimento de sua organização estatal não estava exposto a uma pressão *exterior* tão forte.

A luta contra os tártaros nogais e crimeanos exigia o máximo de esforço. Porém, não mais do que a luta secular da França contra a Inglaterra. Não foram os tártaros que obrigaram a velha Rússia a introduzir as armas de fogo e os regimentos permanentes da guarda imperial. Não foram os tártaros que a obrigaram, mais tarde, a criar a cavalaria e a infantaria. Foi a pressão por parte da Lituânia, Polônia e Suécia.

Como consequência dessa pressão exercida pela Europa ocidental, o Estado devorou uma parte excessivamente grande do sobreproduto social, ou, o que é o mesmo, vivia à custa

[3] Estado dirigido pelos descendentes de Gengis Khan e que teve origem no antigo Império Mongol. A Horda de Ouro dominou a Rússia entre os séculos XIII e XV. (N. do E.)

das classes privilegiadas que se formavam, retardando ainda mais o seu já lento desenvolvimento. Mas isso não é tudo. O Estado se lançou sobre o "produto necessário" do camponês, o privou de seus meios de existência, obrigando-o, com isso, a abandonar a terra em que acabava de se estabelecer. Dessa maneira, retardou o crescimento da população e freou o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, na medida em que o Estado devorou uma parte desproporcional do sobreproduto social, dificultou a diversificação, já bastante lenta, das camadas sociais. E na mesma medida em que tomou uma parte considerável do produto *necessário*, ele mesmo destruiu as primitivas bases de produção sobre as quais se assentava.

Mas, sobretudo, para se apropriar de uma parte do produto social necessário, a fim de continuar existindo e funcionando, o Estado *precisava* de uma organização *hierárquica de classes*. Assim, enquanto minava as bases econômicas de seu crescimento, pretendia, ao mesmo tempo, forçar seu desenvolvimento por meio de medidas estatais autoritárias e tentava – como qualquer outro Estado – guiar para seu benefício o processo de formação das camadas sociais. Nesse ponto, Miliukov, um historiador da civilização russa, vê um *contraste* direto com a história do ocidente. Mas não há nenhum contraste aqui.

A monarquia de classes da Idade Média, que mais tarde evoluiu até um absolutismo burocrático, representava uma forma de Estado na qual estavam arraigados determinados interesses e relações sociais. Mas essa forma de Estado, uma vez formada e estabelecida, engendrou interesses próprios (dinásticos, cortesãos, burocráticos etc.), que entraram em conflito não apenas com os interesses das camadas baixas, mas também com os das camadas altas. As classes dominantes, que formavam um "muro da separação" socialmente in-

dispensável entre as massas do povo e a organização estatal, pressionaram esta última e transformaram seus próprios interesses no conteúdo da práxis estatal. Mas a autoridade pública, ao mesmo tempo, como um fator independente, olhava os interesses das classes altas de seu próprio ponto de vista, desenvolvendo uma política de resistência às aspirações destas e tentando subordiná-las. A história real das relações entre o Estado e as classes transcorreu no sentido de uma resultante determinada por esta correlação de forças.

Um processo, similar em sua essência, também ocorreu na velha Rússia. O Estado tentava aproveitar-se dos grupos econômicos em desenvolvimento e subordiná-los a seus interesses financeiros e militares específicos. Os nascentes grupos econômicos dominantes tentaram se servir do Estado para assegurar seus privilégios na forma de privilégios de classe. Nesse jogo de forças sociais, a resultante foi muito mais favorável ao poder do Estado do que foi na história da Europa ocidental. Esse intercâmbio de serviços entre o Estado e os grupos sociais superiores, que se expressava na distribuição mútua de direitos e obrigações, de encargos e privilégios, se realizava à custa das massas trabalhadoras, e na Rússia ele foi menos vantajoso para a aristocracia e o clero do que nas monarquias de classes medievais da Europa ocidental. Isso é indiscutível. Dizer, como faz Miliukov, que na Rússia o poder estatal criou as classes em seu próprio interesse, enquanto que no Ocidente, na mesma época, as classes criaram o Estado, é um incrível exagero, contrário a todo o senso de proporção.

Não se pode criar classes por um procedimento, por um mero expediente jurídico estatal. Antes que este ou aquele grupo social possa, com a ajuda do poder estatal, se formar como classe privilegiada, ele precisa, no período anterior, ter se formado economicamente, com todas as suas vantagens sociais. Não se pode fabricar classes segundo uma hierarquia

pré-concebida ou segundo o modelo da Legião de Honra. O poder estatal unicamente pode depositar todo o peso de sua ajuda para favorecer este processo econômico elementar, da qual derivam mais tarde as formações econômicas superiores. Como indicado acima, o Estado russo gastou uma fatia comparativamente maior das forças da nação e dificultou o processo de cristalização social, do qual ele mesmo tinha necessidade. É, portanto, natural que, por sua parte, tentasse forçar, sob a influência e a pressão do mundo ocidental socialmente mais configurado (pressão transmitida através da organização militar estatal), a diversificação social sobre uma base econômica primitiva. Mais ainda: como a necessidade de acelerar esse processo havia surgido da debilidade do desenvolvimento sócioeconômico, é natural que o Estado, em seus esforços como guardião, quisesse aproveitar sua preponderância de poder para dirigir, segundo seus próprios critérios, esse desenvolvimento das classes superiores. Mas quando o Estado quis obter êxitos maiores nesse sentido, tropeçou, sobretudo, em sua própria debilidade, no caráter primitivo de sua própria organização. E isso estava, como já sabemos, determinado pelo primitivismo da estrutura social.

Assim foi impulsionado o Estado russo, construído sobre a base da economia russa, pela pressão amistosa e, mais ainda, pela pressão rival das organizações estatais vizinhas que se haviam formado sobre uma base econômica mais desenvolvida. A partir de um momento determinado – em especial o final do século XVII – o Estado desejou acelerar artificialmente, com um esforço supremo, o desenvolvimento econômico natural. Novos ramos de ofícios, máquinas e indústrias, produção em grande escala e capital aparecem, por assim dizer, enxertados no tronco econômico natural. O capitalismo aparece como um filho do Estado. Deste ponto de vista também se poderia dizer que toda a ciência russa é um produto

artificial dos esforços estatais e está posta artificialmente sobre o tronco natural da ignorância nacional.[4]

O pensamento russo se desenvolveu, como a economia russa, sob a pressão direta do pensamento e da economia do Ocidente mais avançado. Como consequência do caráter econômico natural da economia, isto é, do desenvolvimento pobre do comércio exterior, as relações com os outros países tinham um caráter principalmente estatal. A influência que a Rússia deveria sentir destes países, antes de poder adotar a forma de competição econômica direta, se manifestou melhor em uma luta encarniçada pela própria existência estatal. A economia ocidental influenciou a russa por meio do Estado. Para poder sobreviver melhor em meio a Estados inimigos e melhor armados, a Rússia estava obrigada a introduzir fábricas, escolas de navegação, manuais sobre a construção de instalações fortificadas etc. Mas se o movimento geral da economia interna não tivesse se dirigido nesse sentido, se a evolução dessa economia não tivesse criado uma necessidade de aplicação e generalização dos conhecimentos, então todos os esforços do Estado teriam sido infrutíferos: a economia nacional, que evoluía normalmente de uma economia natural para uma economia monetário-mercantil, reagiu apenas às medidas do governo que correspondiam a essa evolução, e somente na medida em que estavam de acordo com ela. A história da fábrica russa, do sistema monetário russo e do crédito estatal é uma prova contundente dessa interpretação dos fatos que acabamos de expor.

---

[4] Basta lembrar os traços característicos das relações iniciais entre o Estado e as escolas para perceber que estas eram, como mínimo, um produto tão "artificial" do Estado, quanto as fábricas. A violência educacional do Estado ilustra essa "artificialidade". O aluno faltoso era acorrentado. Em consequência, a escola inteira andava acorrentada. O estudo era considerado um serviço obrigatório e os alunos recebiam um soldo etc. (N. do A.)

O professor Mendeleev escreve:

> "A maioria dos ramos industriais, como o metal, açúcar, petróleo, aguardente e mesmo tecidos de fibra, nasceu diretamente sob a ação de medidas governamentais, às vezes também com ajuda de altas subvenções, mas, sobretudo, porque o governo visava, pelo visto, em todas as épocas, uma política protecionista consciente, chegando, durante o reinado do czar Alexandre, a inscrevê-lo abertamente em sua bandeira... O governo supremo, que se atinha, na Rússia, com plena consciência, aos princípios do protecionismo, provou ser mais adiantado do que nossas classes instruídas como um todo."[5]

O sábio defensor do protecionismo industrial esquece de acrescentar que a política governamental não era ditada por qualquer preocupação pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas por considerações puramente fiscais e, em parte, técnico-militares. Por esse motivo, a política protecionista estava em contradição não apenas com os interesses fundamentais do desenvolvimento industrial, mas também com os interesses privados de vários grupos de negociantes. Assim, os fabricantes de algodão declararam abertamente que "os impostos de algodão tão altos não são mantidos para a promoção do cultivo de algodão, mas apenas por causa de interesses fiscais". Assim como o governo, ao "criar" as classes, perseguia sobretudo os interesses do Estado, também ao "estabelecer" a indústria, ele dirigia sua preocupação principal para as necessidades do fisco. Mas, indubitavelmente, a autocracia, ao transplantar a produção industrial para o solo russo, jogava um papel importante.

Na época em que a sociedade burguesa em desenvolvimento começou a sentir a necessidade das instituições políti-

---

[5] Mendeleev D., *Para conhecer a Rússia*, São Petersburgo, 1906, pág. 84. (N. do A.)

cas do Ocidente, a autocracia estava equipada com um poder material semelhante ao dos países europeus. Apoiava-se em um aparato burocrático centralizado, totalmente insuficiente para o estabelecimento de situações novas, mas que, em troca, era capaz de pôr em movimento grandes energias de caráter repressivo sistemático. As imensas distâncias do país haviam sido superadas por meio do telégrafo, permitindo que as iniciativas da administração operassem com segurança, com relativa unidade e com rapidez, sobretudo na questão das repressões. As ferrovias possibilitavam deslocar em pouco tempo tropas militares de um extremo a outro do país. Os governos pré-revolucionários da Europa mal conheciam as ferrovias e o telégrafo. O Exército à disposição do absolutismo era realmente gigantesco e apesar de ter se mostrado completamente inútil na guerra russo-japonesa, era suficientemente bom para o controle interno. Não apenas o governo da velha França, mas inclusive o governo de 1848, não conheciam nada que pudesse igualar-se ao atual exército russo.

Com a ajuda do aparato fiscal militar, o governo explorava o país ao máximo, aumentando seu orçamento anual até a soma gigantesca de 2 bilhões de rublos. Apoiado no Exército e no orçamento, o governo autocrático converteu a bolsa europeia de valores em seu tesouro privado e o contribuinte russo em um tributário desesperado desta bolsa.

Assim, o governo russo se apresentava ao mundo, nos anos oitenta e noventa do século XIX, como uma imensa organização fiscal e burocrático-militar da bolsa de valores com um poder invencível.

O poder financeiro e militar do absolutismo oprimia e impressionava não apenas a burguesia europeia, mas também o liberalismo russo, que perdeu toda esperança na possibilidade de uma disputa aberta com o absolutismo. O poder militar e

financeiro do absolutismo parecia excluir qualquer possibilidade de uma revolução russa. Na verdade, ocorreu o contrário.

Quanto mais centralizado e mais independente da sociedade é um Estado, mais rápido ele se torna uma organização autônoma pairando acima da sociedade. Quanto maiores são as forças militares e financeiras de tal organização, por mais tempo e com mais êxito ele pode lutar por sua sobrevivência. O Estado centralizador, com seu orçamento de 2 bilhões de rublos, com sua dívida de 8 bilhões de rublos e com seu exército de 1 milhão de homens, poderia ainda se manter depois de haver deixado de corresponder às necessidades elementares do desenvolvimento social: necessidades não só referentes à administração interna, mas também à segurança militar, para cuja garantia havia sido originalmente criado.

Quanto mais duradoura era essa situação, tanto mais se desenvolvia a contradição entre as exigências do progresso econômico e cultural e a política governamental, que multiplicava sua própria inércia "em milhões de vezes". Ao ter deixado para trás a época das "grandes reformas incompletas" – que não apenas não podiam eliminar essa contradição, mas que, ao contrário, a punham totalmente a descoberto pela primeira vez – objetivamente ficou cada vez mais difícil para o governo, e psicologicamente ainda mais impossível, empreender por si mesmo a marcha rumo ao parlamentarismo. A única saída para essa contradição, que na mencionada situação se oferecia à sociedade, consistia em acumular vapor revolucionário o suficiente dentro da caldeira do absolutismo para fazê-la explodir mais tarde.

Assim, o poder administrativo, militar e financeiro do absolutismo, o mesmo que lhe havia proporcionado a possibilidade de sustentar-se em plena contradição com o desenvolvimento social, não apenas não excluía a possibilidade de uma revolução, como pensava o liberalismo, como, pelo contrário,

tornava a revolução a única saída. Além disso, a revolução teria um caráter tanto mais radical quanto mais profundo se fizesse o abismo entre o poder do absolutismo e a nação.

O marxismo russo pode, com toda razão, se orgulhar de ter sido o único a assinalar o sentido dessa evolução e de haver previsto suas formas gerais[6] numa época em que o liberalismo se nutria de um "praticismo" utópico e em que o movimento revolucionário dos populistas vivia de fantasmagorias e da crença em milagres.

Todo o curso da evolução social torna a revolução inevitável. Mas quais são as forças desta revolução?

---

[6] Até mesmo um burocrata reacionário, como professor Mendeleev, não pode não reconhecer esse fato. Falando do desenvolvimento da indústria, ele assinala: "Nesse ponto, os socialistas viram e até mesmo entenderam parcialmente algumas coisas, mas perderam-se ao seguirem a latinada (!), recomendando o emprego da violência, a complacência com os instintos animais da ralé e tentando golpes para chegar ao poder" (*Para conhecer a Rússia*, pág. 120). (N. do A.)

II. CIDADE E CAPITAL

O desenvolvimento das cidades na Rússia é um produto da história recente, mais exatamente, um produto das últimas décadas. Até o final do reinado de Pedro I, no primeiro quarto do século XVIII, a população urbana era de pouco mais de 328 mil pessoas, aproximadamente 3% da população do país. Até o final do mesmo século, era de 1,301 milhão, aproximadamente 4,1% da população total. Em 1812 a população das cidades havia aumentado para 1,653 milhão, isto é, 4,4%. Em meados do século XIX as cidades contavam ainda com apenas 3,482 milhões pessoas, cerca de 7,8%. No último censo, de 1897, contabilizou-se finalmente uma cifra de população urbana de 16,289 milhões, o que configura aproximadamente 13% da população total.[7]

---

[7] Esses números foram retirados das *Notas* de Miliukov. A população urbana de toda a Rússia, incluindo a Sibéria e a Finlândia, foi estabelecida, pelo censo de 1897, em 17,122 milhões de pessoas ou 13,25%. (Mendeleev D. *Para conhecer a Rússia*, São Petersburgo, pág. 90). (N. do A.)

Se concebermos a cidade não só como unidade administrativa, mas como formação econômico-social, então temos de admitir que as meras cifras mencionadas não refletem realmente o desenvolvimento das cidades: a prática estatal administrativa concedia a determinadas cidades inumeráveis privilégios com a mesma arbitrariedade com que privava outras dos mesmos, por razões que estavam longe de serem técnico-científicas. Essas cifras manifestam, sem dúvida, tanto a falta de importância das cidades na Rússia anterior às reformas, como seu crescimento febril durante as últimas décadas. O crescimento da população urbana entre os anos 1885 e 1887 era, segundo os cálculos de Mikhailovsky, de 33,8%, isto é, mais que o dobro do crescimento da população russa em geral (15,25%) e quase o triplo do aumento da população rural (12,7%). O aumento rápido da população urbana, ou seja, não agrícola, se expressa ainda mais claramente se acrescentarmos as aldeias e cidades pequenas com alguma indústria.

Entretanto, as modernas cidades russas não diferem das velhas apenas por seu número de habitantes, mas também por seu caráter social: são o centro da indústria e do comércio. A maioria de nossas velhas cidades mal desempenhava algum papel econômico: eram pontos administrativo-militares ou fortalezas. Sua população era sujeita a uma ou outra forma de serviço estatal e mantida pelo fisco. A cidade era geralmente um centro administrativo, militar e arrecadador de impostos.

Quando a população não sujeita ao serviço estatal se estabelecia nos arredores da cidade para encontrar proteção contra seus inimigos, esse fato não impedia em absoluto que continuasse se ocupando da agricultura. Segundo Miliukov, inclusive Moscou, a maior cidade da velha Rússia, era, apenas:

> "uma residência do czar, na qual uma parte considerável de seus habitantes estava vinculada, de uma maneira ou outra, à corte,

seja como corte, guarda ou serviçais. De mais de 16.000 domicílios contados no censo de Moscou de 1701, apenas 7.000, ou seja, 44%, eram de colonos e artesãos. E inclusive estes viviam próximos à corte e trabalhavam para suas necessidades. Os 9.000 domicílios restantes eram formados pelo clero, com cerca de 1.500, e pela classe dominante".

A cidade russa, como as cidades que caracterizavam o despotismo asiático, e diferentemente das cidades artesanais e comerciais da Idade Média, realizava então uma atividade puramente de *consumo*. Na mesma época em que a moderna cidade ocidental tentava, com mais ou menos êxito, impedir que os artesãos se estabelecessem nas aldeias, a cidade russa desconhecia ainda por completo esse fenômeno. Mas onde existia na Rússia uma indústria transformadora, um ofício? Nas aldeias, junto à agricultura. As intensas pilhagens por parte do Estado e o baixo nível econômico não deixavam nenhuma margem para a acumulação de riquezas nem para a divisão social do trabalho. O verão, muito mais curto em comparação com o Ocidente, permitia uma inatividade invernal ainda mais longa. Tudo isso fez com que a indústria transformadora não se separasse da agricultura nem se concentrasse nas cidades, mas continuasse como ocupação acessória no campo. Quando, na segunda metade do século XIX, começou o desenvolvimento da indústria capitalista em grande escala, ele não encontrou nenhuma indústria urbana sobre a qual assentar-se. Sua base foi, na maioria dos casos, o artesanato aldeão. Miliukov escreve:

> "O milhão e meio de operários fabris, no máximo, que existe na Rússia tem frente a si não menos de 4 milhões de camponeses engajados na manufatura doméstica em suas aldeias, sem deixar por isso a agricultura. Essa classe, da qual (...) surgiu a fábrica europeia, não participou de modo algum (...) da construção da indústria russa."

O crescimento posterior da população e de sua produtividade proporcionou uma base natural para a divisão do trabalho social e, naturalmente, para o artesanato urbano. Mas por causa da pressão econômica dos países avançados, essa base foi tomada pela grande indústria capitalista, de forma que não houve tempo suficiente para o artesanato urbano florescer.

Os 4 milhões de artesãos eram apenas o elemento que, na Europa, formou o núcleo da população urbana, entrou nos grêmios como mestres ou oficiais e que logo, progressivamente, se viu cada vez mais independente deles. É precisamente essa camada de artesãos que, durante a grande revolução, constituiu a parte da população dos bairros mais revolucionários de Paris. Apenas esse mero fato – a insignificância da indústria urbana – haveria de ter consequências incalculáveis para nossa revolução.[8]

A característica econômica essencial da cidade contemporânea é a transformação das matérias-primas fornecidas pelo campo. Por esse motivo são decisivas para a cidade as condições de transporte. Só a introdução da ferrovia poderia ampliar de tal maneira o campo de abastecimento da cidade até o ponto de tornar possível a aglomeração de centenas de milhares de pessoas. A necessidade de tal aglomeração veio da grande indústria fabril. O núcleo de população de uma cidade moderna, pelo menos de uma cidade de importância econômica e política, é a classe dos operários assalariados, claramente diferenciada. Justamente essa classe, que na época da Revolução Francesa era ainda substancialmente desconhecida, deve jogar em nossa revolução o papel decisivo.

[8] Parvus muito corretamente indicou essa situação como a razão da particularidade da revolução russa, enquanto a comparação acrítica da revolução russa com a revolução de 1789 tornou-se um lugar comum. (N. do A.)

O sistema industrial fabril não apenas coloca o proletariado na linha de frente, mas também empurra para a retaguarda a democracia burguesa, que nas revoluções anteriores havia encontrado um apoio na pequena burguesia urbana: artesãos, pequenos comerciantes etc. Outra razão do papel político desproporcionalmente grande do proletariado russo é o fato de que uma parte considerável do capital russo é de origem estrangeira. Isso levou, segundo Kautsky, a que o proletariado tenha aumentado em número, força e influência, de uma maneira que não guarda a mínima proporção com o crescimento do liberalismo burguês.

Já explicamos como na Rússia o capitalismo não se desenvolveu a partir do artesanato. Quando o capitalismo conquistou a Rússia, trazia consigo como auxiliar a civilização econômica europeia. Seu competidor era o artesão desamparado ou o industrial urbano arruinado. E em troca possuía a seu favor, como força de trabalho reserva, o campesinato semiempobrecido. O absolutismo, por seu lado, favoreceu sob diversos aspectos o jugo capitalista sobre o país.

Primeiro, converteu o camponês russo em tributário da bolsa mundial de valores. A falta de capital dentro do país e a necessidade constante do governo de dinheiro prepararam o terreno para as condições usurárias dos empréstimos estrangeiros. Desde o reinado de Catarina II até o ministério Witte-Durnovo, os banqueiros de Amsterdã, Londres, Paris e Berlim lutaram para transformar a autocracia em um gigantesco objeto de especulação na bolsa. Uma parte considerável dos chamados empréstimos internos, realizados por intermédio de instituições nacionais de crédito, não se diferenciava em nada dos empréstimos estrangeiros, já que eram, de fato, fornecidos por capitalistas estrangeiros. O absolutismo, enquanto proletarizava e pauperizava o campesinato mediante altos impostos, convertia os milhões da bolsa europeia em solda-

dos e em encouraçados, em cárceres e em ferrovias. A maior parte desses gastos era absolutamente improdutiva do ponto de vista econômico. Uma parte imensa do produto nacional foi dada ao estrangeiro na forma de juros, enriquecendo e fortalecendo a aristocracia financeira da Europa. A burguesia financeira europeia, cuja influência política cresceu continuamente durante as últimas décadas nos países com governos parlamentares, fazendo retroceder a influência dos capitalistas industriais e comerciais, converteu realmente o governo czarista em seu vassalo. Mas ela não podia nem queria chegar a ser parte da oposição burguesa no interior da Rússia, e de fato não foi. No que se refere às suas simpatias e antipatias, guiava-se pelo princípio formulado em 1789 pelos banqueiros Hoppe e Cia., relativo às condições do empréstimo ao czar Paulo: "Os juros devem ser pagos *independentemente das circunstâncias políticas*". A bolsa europeia estava inclusive diretamente interessada na manutenção do absolutismo: nenhum outro governo poderia garantir-lhe tais juros usurários. Mas os empréstimos estatais não eram o único caminho mediante o qual se importavam capitais europeus para a Rússia. O mesmo dinheiro que devorou uma grande parte do orçamento nacional russo voltou à Rússia como capital comercial e industrial, atraído por suas riquezas naturais intactas e, sobretudo, por seu mercado de trabalho não organizado e desacostumado à resistência. O período mais recente de nosso crescimento industrial, de 1893 a 1899, foi ao mesmo tempo um período de imigração acentuada do capital europeu. Esse capital, permanecendo, como antes, em sua maior parte em mãos europeias e dominando a cena política nos parlamentos da França ou da Bélgica, mobilizou, sobre a terra russa, a classe operária.

O capital europeu lançou seus principais ramos da produção e meios de comunicação sobre esse país economicamen-

te atrasado e o escravizou, saltando uma série de fases técnicas e econômicas intermediárias que teve que passar em seus países de origem. Mas quanto menos obstáculos encontrava no caminho até seu predomínio *econômico*, tanto menos importante se provou ser seu papel *político*.

A burguesia europeia se desenvolveu a partir do Terceiro Estado da Idade Média, levantando a bandeira de protesto contra a pilhagem e a violência do Primeiro e Segundo Estados. Levantou-a em nome dos interesses do povo, o qual ela mesma desejava explorar. Durante a transformação da monarquia de classes medieval em absolutismo burocrático, a burguesia se apoiou na população urbana em sua luta contra as pretensões do clero e da aristocracia. A burguesia se aproveitou disso para sua própria promoção política. Assim se desenvolveram, simultaneamente, o absolutismo burocrático e a classe capitalista. Quando esses elementos entraram em choque em 1789, a burguesia mostrou ter o respaldo de toda a nação.

O absolutismo russo se desenvolveu sob a pressão direta dos Estados ocidentais. Apoderou-se dos métodos de administração e dominação muito antes que a burguesia capitalista conseguisse desenvolver-se dentro da economia nacional. O absolutismo russo dispunha já de um imenso exército permanente, de um aparato burocrático e fiscal centralizado e entrou em um endividamento irreversível com os banqueiros europeus, numa época em que as cidades russas jogavam ainda um papel econômico completamente subordinado.

O capital infiltrou-se a partir do Ocidente, beneficiando-se da ajuda direta do absolutismo russo, e converteu em pouco tempo uma série de velhas cidades arcaicas em centros industriais e comerciais, tendo inclusive criado tais cidades comerciais e industriais em lugares antes desabitados por completo. Esse capital apareceu frequentemente na forma de gran-

des e impessoais sociedades anônimas. Na década da prosperidade industrial, de 1893 a 1902, o capital nominal das sociedades anônimas aumentou em 2 bilhões de rublos, enquanto que de 1854 a 1892 havia aumentado apenas em 900 milhões de rublos. O proletariado se viu repentinamente concentrado em grandes aglomerações, tendo entre ele e o absolutismo apenas uma burguesia capitalista numericamente débil, isolada do "povo", meio estrangeira de origem, sem tradições históricas e movida unicamente pela cobiça.

III. 1789-1848-1905

A história não se repete. Por mais que se queira comparar a revolução russa com a Grande Revolução Francesa, nem por isso a primeira se transforma em uma simples repetição da segunda. O século XIX não passou em vão.

Já o ano de 1848 apresenta uma grande diferença com o ano de 1789. Comparadas com a grande revolução, a prussiana ou a austríaca surpreenderam por sua falta de brilho. Por um lado, chegaram demasiado cedo. Por outro, demasiado tarde. O gigantesco esforço que a sociedade burguesa precisa para acertar contas radicalmente com os senhores do passado só pode ser conseguido ou mediante a poderosa *unidade da nação inteira*, que se levanta contra o despotismo feudal, ou mediante uma evolução acelerada *da luta de classes* dentro dessa nação em vias de emancipação.

O primeiro caso se deu entre 1789 e 1793. Toda a energia nacional que se havia acumulando na tremenda resistência contra a velha ordem foi totalmente gasta na luta contra a reação. No segundo caso, que até agora não se deu na história

e que consideramos apenas como uma possibilidade, se produz, dentro da nação burguesa, o grau de energia necessário para conseguir a vitória sobre as forças obscuras do passado, mediante uma luta de classes "interna". Os ásperos conflitos internos que consomem grande parte de suas energias e privam a burguesia da possibilidade de desempenhar o papel principal levam seu antagonista, o proletariado, adiante, lhe dão em um mês a experiência de décadas, o colocam na frente mais avançada e lhe entregam as rédeas do poder, ocasião que aproveita para, decididamente e sem vacilações, dar aos acontecimentos um poderoso ímpeto.

Ou uma nação que se contrai inteira, como um leão preparando-se para o salto, ou uma nação que se dividiu definitivamente durante o processo da luta para dar liberdade de movimentos à sua melhor parte com o objetivo de realizar a tarefa para a qual o todo já não tem forças suficientes. Esses são dois tipos opostos de condições históricas, possíveis em sua forma pura apenas teoricamente. O pior é, como em tantos outros casos, um termo médio. E foi esse termo médio que se desenvolveu em 1848.

No período heroico da história francesa, vemos diante de nós uma burguesia ilustrada e ativa que ainda não havia descoberto suas próprias contradições. A história lhe havia confiado a tarefa de direção na luta pela nova ordem, não apenas contra as instituições antiquadas da França, mas também contra as forças reacionárias de toda a Europa. Consequentemente, em todas as suas diversas frações, a burguesia se sente a líder da nação, reúne as massas para o combate, lhes transmite as palavras de ordem e lhes mostra a tática da luta. A democracia unificou a nação sob uma ideologia política. O povo – pequenos burgueses, camponeses e operários – elegia burgueses como deputados e as tarefas confiadas a eles por seus eleitores eram inscritas na linguagem de uma burguesia

consciente de seu papel messiânico. Embora durante a revolução também apareçam claramente antagonismos de classe, a inércia da luta revolucionária afastava continuamente do caminho os elementos mais conservadores da burguesia. Nenhuma camada social é descartada antes de ter transmitido sua energia às que a sucedem. Assim, a nação como um todo continua a luta por seus objetivos com meios cada vez mais poderosos e decididos. Quando as camadas superiores da burguesia rica se separam do núcleo do movimento nacional posto em marcha e se aliam com Luís XVI, as demandas democráticas da nação são dirigidas *contra* tal burguesia, e isso leva ao sufrágio universal e à república como formas lógicas e inevitáveis da democracia.

A Revolução Francesa é, de fato, uma revolução nacional. Ainda mais: aqui se manifesta em sua forma clássica a luta mundial da ordem social burguesa pelo domínio, o poder e a vitória indivisa dentro dos limites nacionais.

Jacobinismo é hoje uma injúria na boca dos sábios liberais. O ódio burguês contra a revolução, contra as massas, contra a violência e contra a história feita nas ruas concentrou-se todo em um grito de indignação e de angústia: jacobinismo! Nós, o exército mundial do comunismo, já acertamos há muito tempo as contas históricas com o jacobinismo. Todo o movimento proletário internacional da atualidade nasceu e se fortaleceu na disputa com as tradições do jacobinismo. O submetemos a uma crítica teórica, mostramos suas estreiteza, desmascaramos sua contradição social, seu caráter utópico, sua fraseologia, e rompemos com suas tradições que, durante décadas, pareciam ser a herança sagrada da revolução.

Mas defendemos o jacobinismo contra os ataques, as calúnias e os ultrajes insípidos que lhe faz o liberalismo fleumático e anêmico. A burguesia traiu vergonhosamente todas as tradições de sua juventude histórica. Seus atuais mercenários

profanam as tumbas de seus antepassados e caluniam os vestígios de seus ideais. O proletariado defende a honra do passado revolucionário da burguesia. O proletariado, que, na prática, rompeu tão radicalmente com as tradições revolucionárias da burguesia, as protege como herança de grandes paixões, de heroísmo e iniciativa, e seu coração bate cheio de simpatia com os fatos e as palavras da Convenção jacobina.

O que deu ao liberalismo sua força atrativa, senão as tradições da Grande Revolução Francesa? Em que outro período se elevou a democracia burguesa a tal altura, se acendeu tal chama no coração do povo, como o fez a democracia jacobina, *sans-culotte* e terrorista de Robespierre no ano de 1793?

O que mais, além do jacobinismo, possibilitava e possibilita ainda ao radicalismo burguês francês dos diversos matizes manter até hoje em dia sua influência sobre uma imensa parte do povo, inclusive do proletariado, e isso em uma época em que o radicalismo burguês na Áustria e Alemanha nutria sua breve história com atos inúteis e ridículos?

Não é da força atrativa do jacobinismo, sua ideologia política abstrata, seu culto pela república sagrada e suas declamações solenes, que se nutrem ainda hoje os radicais e radical-socialistas franceses como Millerand, Clemenceau, Briand, Bourgeois e todos estes políticos, tão incapazes de conservar os pilares da sociedade burguesa quanto os *junkers* de Wilhelm II, estúpidos pela graça de Deus; tão desesperadamente invejados pelas democracias burguesas de outros países, enquanto sujam a raiz e a fonte de sua posição política privilegiada – o jacobinismo heroico – com calúnias? Mesmo depois de tantas esperanças terem sido destroçadas, o jacobinismo continuou vivo como tradição na consciência do povo. O proletariado falou ainda durante muito tempo de seu futuro com a linguagem do passado. Em 1840, quase meio século depois do governo do "Partido da Montanha", oito anos antes das

jornadas de junho de 1848, Heine visitou várias oficinas no subúrbio Saint-Marceau e pôde ver o que liam os operários, "a parte mais forte da classe baixa". Assim o poeta, ao informar a um jornal alemão, profetizou:

> "Ali encontrei vários discursos inéditos do velho Robespierre e também panfletos de Marat em edições a dois soldos; a *História da revolução,* de Cabet; os pasquins ácidos de Cormenin; *Babeuf e a conspiração dos iguais,* de Buonarotti; todos eles, escritos que cheiravam a sangue... Como fruto destas sementes, cedo ou tarde uma república ameaça irromper na França".

Em 1848 a burguesia já era incapaz de cumprir um papel comparável. Não era suficientemente disposta nem audaz para assumir a responsabilidade pela eliminação revolucionária da ordem social que se opunha à sua dominação. Sabemos agora *porque* foi assim. Seu objetivo era – e disso estava perfeitamente consciente – incluir no velho sistema garantias necessárias, não para sua dominação política, mas simplesmente para uma repartição do poder com as forças do passado. Havia tirado algumas lições da experiência da burguesia francesa: estava corrompida por sua traição e amedrontada por seus fracassos. Não apenas se abstinha de empurrar as massas ao assalto contra a velha ordem, mas buscava um apoio nessa velha ordem, para rechaçar as massas que a empurravam para frente.

A burguesia francesa conseguiu fazer sua revolução grandiosa. Sua consciência era ao mesmo tempo a consciência da sociedade inteira e nada podia se converter em instituição duradoura sem ter sido reconhecido antes por essa consciência como um objetivo seu, como uma tarefa de criação política. Ela frequentemente adotava uma pose teatral para esconder de si mesma a estreiteza de seu próprio mundo burguês, mas marchava adiante.

A burguesia alemã, contudo, desde o início, em vez de "fazer" a revolução, se dissociava dela. Sua consciência se rebe-

lava contra as condições objetivas de sua própria dominação. A revolução não poderia ser implementada por ela, mas somente contra ela. Em seu pensamento, as instituições democráticas apresentavam-se não como um objetivo de sua luta, mas como um perigo para seu bem-estar.

Em 1848 era preciso uma classe capaz de tomar os acontecimentos em suas mãos, prescindindo da burguesia e inclusive em contradição com ela, uma classe que estivesse disposta não só a empurrar a burguesia para frente com toda a sua força, mas também, no momento decisivo, jogar fora seu cadáver político. Nem a pequena burguesia nem o campesinato eram capazes disso.

A *pequena burguesia* urbana era não apenas hostil ao ontem, mas também ao amanhã. Estava ainda amarrada às condições medievais, mas já se via incapaz de se manter frente à indústria "livre". Ainda imprimia sua marca sobre as cidades, mas já cedia sua influência em favor da grande e média burguesia. Afogada em seus preconceitos, atordoada pelo estrondo dos acontecimentos, explorada e explorando ela mesma, ávida e desesperada em sua ganância, a pequena burguesia atrasada não podia se pôr à frente dos eventos mundiais.

Ao *campesinato* faltava, em uma medida ainda maior, uma iniciativa política independente. Acorrentado há séculos, empobrecido e furioso, unindo em si as linhas, tanto da velha exploração, como da nova, o campesinato representou, em um momento determinado, uma fonte rica em força revolucionária caótica. Mas desunido, disperso, afastado das cidades, os centros nervosos da política e da cultura, apático, limitado em seu horizonte pela cerca de sua propriedade e indiferente a todo pensamento urbano, o campesinato não podia obter importância como força dirigente. A partir do momento em que o liberavam da carga das obrigações feudais, o campesinato voltava à sua imobilidade e recompensava a cidade, que ha-

via lutado por seus direitos, com extrema ingratidão: os camponeses libertados se convertiam em fanáticos da "ordem".

A *intelectualidade democrática*, sem um poder de classe, ora se arrastava, como uma espécie de cauda política, a reboque de sua irmã maior, a burguesia liberal; ora, em momentos críticos, separava-se dela apenas para dar provas de sua própria impotência. Enredava-se em contradições insolúveis e levava essa confusão consigo para todas as partes.

O *proletariado* era demasiado débil, encontrava-se sem organização, sem experiência e sem conhecimentos. O desenvolvimento capitalista havia progredido o suficiente para tornar necessária a abolição das velhas condições feudais, mas não o bastante para permitir que a classe operária, o produto das novas condições de produção, se destacasse como uma força política decisiva. O antagonismo entre o proletariado e a burguesia havia ido muito longe, mesmo dentro da estrutura nacional da Alemanha, para que ainda fosse possível à burguesia atuar intrepidamente no papel de protagonista nacional, mas não longe o suficiente para que o proletariado pudesse tomar ele mesmo este papel. Embora as fricções internas da revolução preparassem o proletariado para a independência política, também debilitavam, ao mesmo tempo, a energia e a unidade de ação, causavam um infrutífero gasto de esforços e obrigavam a revolução, depois dos primeiros êxitos, a marcar passo tediosamente e então, sob os golpes da reação, recuar.

A Áustria foi um exemplo especialmente claro e trágico desse caráter incompleto e inacabado das relações políticas no período da revolução.

O proletariado de Viena mostrou em 1848 um heroísmo assombroso e uma energia inesgotável. Várias vezes correu para o fogo, movido apenas por um nebuloso instinto de classe, sem ter uma ideia geral sobre os objetivos da luta. Saltava

de uma consigna à outra. A direção do proletariado passou, notavelmente, para as mãos dos *estudantes*, o único grupo *democrático* ativo que tinha, graças à sua atividade, uma grande influência sobre as massas e, por consequência, também sobre os acontecimentos. Os estudantes podiam, sem dúvida, lutar corajosamente nas barricadas e confraternizar honrosamente com os operários, mas eram incapazes de dirigir o progresso da revolução, possibilidade que a "ditadura" das ruas havia colocado em suas mãos.

O proletariado, desunido, sem experiência política e sem direção política independente, seguia os estudantes. Em cada momento crítico, os operários ofereciam firmemente aos "senhores que trabalham com a cabeça" a ajuda dos "que trabalham com as mãos". Os estudantes, em um momento, chamavam os operários à luta, em outro, barravam seu caminho para o centro da cidade. Outras vezes, em virtude da autoridade política de que se revestia a "legião acadêmica", os proibiam de colocar suas próprias reivindicações independentes. Eis aqui a forma clássica de uma benévola ditadura revolucionária *sobre* o proletariado.

A consequência de tudo isso foram os acontecimentos seguintes. Quando em 26 de maio todos os operários vienenses seguiram o chamado dos estudantes e se puseram em ação para impedir que se desarmasse a "legião acadêmica", quando a população da capital levantava barricadas em todas as partes, mostrando um memorável poder, e tomava posse de Viena, quando toda a Áustria estava se congregando atrás da Viena armada, quando a monarquia, que fugira, havia perdido todo o significado, quando, por causa da pressão popular, as últimas tropas foram retiradas da capital, quando o poder governamental da Áustria se decompôs sem nomear um sucessor, não se encontrou nenhuma força política que pudesse tomar o leme.

A *burguesia liberal*, conscientemente, não queria se encarregar de um poder que havia sido tomado de forma tão ilegal. Sonhava unicamente com a volta do imperador, que havia se retirado da Viena órfã para Tirol.

Os *operários* eram suficientemente corajosos para destroçar a reação, mas pouco organizados e insuficientemente conscientes para tomar o poder. Existia um poderoso movimento operário, mas ainda não havia nenhuma verdadeira luta de classes proletária com um objetivo político definido. O proletariado, incapaz de tomar o leme por si mesmo, tampouco podia induzir a democracia burguesa a realizar esse grande ato histórico, já que a burguesia, como em tantas outras vezes, se escondia no momento decisivo. Para obrigar esse covarde a cumprir com seus deveres, o proletariado teria necessitado, em todo o caso, da mesma força e maturidade de que precisaria para a organização de seu próprio governo operário provisório.

Em resumo, uma situação que um contemporâneo caracterizou muito acertadamente com as seguintes palavras: "De fato, em Viena, a república tinha sido edificada, mas, infelizmente, ninguém tinha se dado conta disso...". A república, de quem ninguém tinha se dado conta, desapareceu de cena por muito tempo e deixou o caminho livre para os Habsburgo... Uma ocasião, quando perdida, nunca mais retorna.

Das experiências das revoluções húngara e alemã, Lassalle tirou a conclusão de que, de agora em diante, a revolução apenas poderia se apoiar na luta de classes do proletariado. Lassalle escreve a Marx em sua carta de 24 de outubro de 1849:

> "A Hungria teve a oportunidade, mais do que nenhum outro país, de levar sua luta a um final vitorioso. Entre outras causas, porque ali os partidos ainda não haviam chegado a uma separação e a um isolamento tão radicais como na Europa ocidental e porque ali a

revolução ainda estava encoberta sob a forma de uma luta pela independência nacional. Apesar disso, a Hungria sucumbiu, e precisamente por causa da traição do partido *nacional*."

Mais adiante, referindo-se à história da Alemanha durante os anos 1848 e 1849, Lassalle continua:

> "Portanto, isso me serviu de lição definitiva no sentido de considerar que na Europa já não pode terminar bem nenhum combate que não seja de antemão uma pronunciada luta *puramente socialista*, que já não poderá terminar bem nenhuma luta que implique as questões sociais só como um elemento obscuro, como um fundo, apresentando-se por fora sob a forma de uma insurreição nacional ou de um republicanismo burguês".

Não vamos nos deter na crítica dessas decisivas conclusões finais. Em todo caso, são indubitavelmente corretas no sentido de que, já em meados do século XIX, não se podia resolver a tarefa nacional da emancipação pela pressão homogênea e unânime da nação inteira. Somente a tática independente do proletariado, reunindo a força para as lutas de sua posição exclusiva de classe, poderia garantir a vitória da revolução.

A classe operária russa de 1906 não se parece em absoluto com a classe operária de Viena de 1848. E a melhor prova disso é a experiência dos soviets de deputados operários. Não se trata aqui de organizações de conspiradores minuciosamente preparadas, que em um momento de exaltação se lançam ao poder sobre a massa do proletariado. Não, trata-se aqui de órgãos criados metodicamente por essa mesma massa para a coordenação de sua luta revolucionária. E esses soviets, eleitos pelas massas e responsáveis perante elas, essas organizações incondicionalmente democráticas, praticam a mais determinada política de classe no espírito do socialismo revolucionário.

As particularidades sociais da revolução russa aparecem especialmente claras na questão da entrega de armas ao povo.

Uma milícia, ou guarda nacional, foi a primeira consigna e a primeira aquisição de todas as revoluções – 1789 e 1848 – em Paris, em todos os estados da Itália, em Viena e em Berlim. Em 1848, a guarda nacional, isto é, a entrega de armas às classes proprietárias e "educadas", foi uma consigna de toda a oposição burguesa, inclusive a mais moderada, mas seu objetivo não era unicamente o de proteger as liberdades adquiridas, ou apenas "concedidas", contra as tentativas de subversão de cima, mas também de preservar a propriedade burguesa dos abusos do proletariado. A exigência de uma milícia era, portanto, uma clara exigência classista da burguesia.

Um historiador inglês liberal comentou a propósito da unificação italiana:

> "Os italianos sabiam muito bem que o armamento da milícia civil tornaria impossível a continuação do despotismo. Além disso, era uma garantia para as classes possuidoras contra uma possível anarquia e contra qualquer tipo de agitação popular que estivesse se gestando".[9]

E a reação dominante, que nos centros importantes não dispunha de poder militar suficiente para combater a "anarquia", isto é, as massas revolucionárias, armava a burguesia. Assim, o absolutismo permitiu que a burguesia desarmasse e pacificasse os operários, para depois desarmar e pacificar os próprios burgueses.

Na Rússia, a reivindicação das milícias não tem o mínimo apoio dos partidos burgueses. No fundo, os liberais não podem deixar de entender sua importância – nesse sentido, o absolutismo lhes deu algumas lições objetivas. Mas também entendem que é absolutamente impossível compor, na Rússia,

---

[9] King, Bolton, *História da unificação da Itália*, Moscou, 1901, t. 1, pág. 220. (N. do A.)

uma milícia sem ou contra o proletariado. Os operários russos parecem-se pouco com os operários de 1848, que enchiam seus bolsos de pedras e se armavam com picaretas, enquanto que os lojistas, estudantes e advogados levavam ao ombro mosquetes reais e na cintura, espadas.

Armar a revolução significa na Rússia, antes de tudo, armar os operários. Sabendo e temendo isso, os liberais preferem abrir mão das milícias. Sem combate, entregam essas posições ao absolutismo, do mesmo modo que o burguês Thiers entregou Paris e a França a Bismarck, com o único objetivo de não ter que armar os operários.

Na coleção de artigos *O Estado constitucional*, manifesto da coalizão liberal-democrata, Dzvelegov diz, com muita razão, ao discutir a possibilidade de um golpe de Estado, que "a própria sociedade tem que demonstrar, no momento decisivo, sua disposição de se sublevar para proteger sua Constituição". Mas como daí resulta por si mesmo a exigência de armar o povo, o filósofo liberal acha "necessário acrescentar" que para a defesa contra os golpes de Estado "não é preciso, em absoluto, que todo mundo empunhe armas".[10] É preciso apenas que a própria sociedade esteja disposta a resistir. De que maneira, não se sabe. Se algo fica claro dessas evasivas é que, no coração de nossos democratas, o medo do proletariado em armas é maior do que o medo dos soldados da autocracia.

Assim, a tarefa de armar a revolução recai com todo o seu peso sobre o proletariado. E a milícia civil, a reivindicação classista da burguesia de 1848, apresenta-se na Rússia desde o princípio como uma exigência de armar o povo, e sobretudo o proletariado. Com essa questão, fica claro todo o destino da revolução russa.

---

[10] *O Estado constitucional, Seleção de artigos,* 1ª edição, pág. 49. (N. do A.)

IV. A REVOLUÇÃO E O PROLETARIADO

A revolução é uma competição aberta entre as forças sociais em luta pelo poder.

O Estado não tem um fim em si mesmo. É simplesmente um instrumento de trabalho nas mãos da força social dominante. Como qualquer instrumento, o Estado tem seus mecanismos: motor, de transmissão e execução. A força motriz é o interesse de classe, cujo mecanismo é a agitação, a imprensa, a propaganda da Igreja e da escola, o partido, os comícios de rua, a petição e a sublevação. O mecanismo de transmissão é a organização legislativa dos interesses de casta, dinastia, camada ou classe, sob o signo da vontade divina, no caso do absolutismo, ou nacional, no caso do parlamentarismo. O mecanismo executor é, finalmente, a administração, a policia, os tribunais, os cárceres e o Exército.

O Estado não tem fim em si mesmo, mas é um enorme meio de organização, desorganização e reorganização das relações sociais. Dependendo das mãos que o controle, pode ser a alavanca para uma revolução profunda ou o instrumento de uma paralisia organizada.

Qualquer partido político que mereça esse nome trabalha para conquistar o poder governamental, a fim de pôr o Estado a serviço da classe cujos interesses representa. A social-democracia, como partido do proletariado, aspira naturalmente à dominação política da classe operária.

O proletariado cresce e se fortifica à medida que se desenvolve o capitalismo. Considerado nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, a evolução do proletariado para a sua ditadura. O dia e a hora, porém, que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem *diretamente* do nível das forças produtivas, e sim das relações da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos, sobretudo a tradição, a iniciativa e a preparação para a batalha.

O proletariado de um país economicamente atrasado pode chegar ao poder antes do proletariado de um país avançado do ponto de vista capitalista. Em 1871, ele tomou conscientemente a direção dos assuntos públicos na Paris pequeno-burguesa, embora apenas por um período de dois meses. Mas nem por uma hora apenas tomou o poder nos grandes centros capitalistas da Inglaterra ou dos Estados Unidos. Julgar que a ditadura do proletariado dependa automaticamente das forças técnicas e dos recursos de um país significa repetir um preconceito oriundo de um materialismo econômico por demais simplificado. Tal opinião nada tem em comum com o marxismo. Ao nosso ver, a revolução russa cria condições tais que o poder poderia (e, em caso de vitória da revolução, *deveria*) passar às mãos do proletariado antes de os representantes do liberalismo burguês terem a oportunidade de revelar toda a grandeza do seu gênio político.

No jornal americano *The Tribune* Marx escreveu, resumindo os resultados da revolução e da contrarrevolução de 1848-1849:

"A classe operária alemã está, em comparação com a inglesa ou a francesa, tão atrasada em sua evolução sócio-política, quanto a burguesia alemã em relação à burguesia desses mesmos países. *Tal amo, tal servo.* O desenvolvimento das condições necessárias para a existência de um proletariado numeroso, forte, concentrado e inteligente vem junto com o desenvolvimento de condições necessárias à existência de uma burguesia numerosa, acomodada, concentrada e poderosa. O próprio movimento operário *nunca* é independente, nunca compreende exclusivamente um caráter político até que todas as diferentes partes da burguesia, sobretudo sua parte mais progressiva, os grandes proprietários de fábricas, tenham conquistado o poder político, transformando o Estado segundo suas necessidades. Então, chega o momento em que o conflito inevitável entre os senhores das fábricas e os operários assalariados se aproxima ameaçadoramente e já não pode ser adiado por mais tempo." [11]

O leitor provavelmente conhece essa citação, já que nos últimos tempos os marxistas que se apegam excessivamente aos textos abusaram dela frequentemente. Ela é apresentada como um argumento irrefutável contra a ideia de um governo operário na Rússia. "*Tal amo, tal servo*". Se a burguesia russa não é suficientemente forte para tomar o poder, então menos ainda se pode falar de uma democracia operária, isto é, do domínio político do proletariado.

O marxismo é sobretudo um método de análise – não da análise de textos, mas das relações sociais. É justo que, na Rússia, a debilidade do liberalismo capitalista signifique inevitavelmente a debilidade do movimento operário? É justo que, na Rússia, um movimento proletário independente não seja possível antes que a burguesia tenha conquistado a autoridade pública? Basta colocar essas perguntas para reconhe-

[11] Na verdade, trata-se de um artigo de F. Engels, apenas assinado por Marx. Quando Trotsky escreveu *Balanço e perspectivas*, a verdadeira autoria do artigo ainda não havia sido estabelecida. (N. do E.)

cer o desesperado formalismo de pensamento contido na tentativa de converter um comentário histórico relativo de Marx em um teorema secular.

O desenvolvimento da indústria fabril na Rússia teve, nos períodos de prosperidade industrial, um caráter "americano". Mas as dimensões efetivas de nossa indústria capitalista parecem anãs em comparação com a indústria dos Estados Unidos. Cinco milhões de pessoas – 16,6% da população trabalhadora – estão ocupadas na indústria manufatureira da Rússia. O número correspondente nos Estados Unidos é de 6 milhões – 22,2%. Comparativamente, esses dados ainda são pouco expressivos. Eles se tornam mais claros se temos presente que a população russa é quase o dobro da americana. Mas para apreciar as dimensões reais da indústria nesses dois países, deve-se assinalar que na América de 1900 as oficinas, fábricas e grandes empresas produziam mercadorias num valor de 25 bilhões de rublos, enquanto na Rússia, na mesma época, produziam-se nas fábricas e empresas mercadorias num valor de menos de 2,5 bilhões de rublos.[12]

O número de proletários industriais, seu grau de concentração, seu nível cultural e sua importância política dependem, sem dúvida, do grau de desenvolvimento da indústria capitalista. Mas essa dependência não é direta. Entre as forças produtivas de um país e as forças políticas de suas classes se interpõem, em cada momento, diferentes fatores sociais e políticos de caráter nacional e internacional, que podem levar a configuração política correspondente às suas condições econômicas em uma direção inesperada, e mesmo mudá-la por completo. Embora as forças produtivas da in-

[12] Mendeleev D., *Para conhecer a Rússia*, São Petersburgo, 1906, pág. 84. (N. do A.)

dústria nos Estados Unidos sejam dez vezes maiores que as nossas, o papel político do proletariado russo, sua influência na política de nosso país e a possibilidade de ter influência na política internacional em um futuro próximo são incomparavelmente maiores que o papel e a importância do proletariado americano.

Kautsky, em seu trabalho sobre o proletariado americano, recentemente editado, diz que não há nenhuma analogia direta e imediata entre as forças políticas do proletariado e da burguesia, por um lado, e o grau de desenvolvimento capitalista, por outro. Ele afirma:

> "Existem dois Estados diametralmente opostos: em um deles observa-se um elemento desproporcionalmente forte (isto é, maior do que corresponderia ao nível de seu desenvolvimento) do modo de produção capitalista; em outro Estado, outro elemento. Na América *é a classe dos capitalistas*; na Rússia, *a dos proletários*. Na América, mais que em nenhum outro lugar, pode-se falar da ditadura do capital. Por outro lado, em nenhum lugar como na Rússia o proletariado em luta obteve tanta importância. E essa importância deverá aumentar ainda mais, já que este país apenas começou a participar da luta de classe e começa agora a conceder a essa luta uma certa margem para seu desenvolvimento."

Depois da menção de que a Alemanha pode estudar, em certa medida, seu *futuro* na Rússia, Kautsky continua:

> "A verdade é que é muito estranho o fato de ser precisamente o proletariado russo quem deve nos indicar nosso futuro, não no que toca à organização do capital, mas no que toca à rebelião da classe operária, pois a Rússia é o Estado mais atrasado entre os grandes Estados do mundo capitalista. Isso parece estar em contradição com a concepção materialista da história, segundo a qual o desenvolvimento econômico forma a base do político. Mas está apenas em contradição com aquela classe de concepção materialista da história que apresentam nossos adversários e

críticos, que entendem essa concepção como um chavão pronto e não um *método de investigação*."[13]

Essas linhas devem ser recomendadas especialmente à atenção daqueles marxistas russos que substituem a análise independente das relações sociais pela interpretação de textos pré-selecionados por eles e aplicáveis a todos os casos da vida. Ninguém compromete o marxismo tanto quanto esses marxistas titulares!

Portanto, segundo Kautsky, a Rússia está caracterizada, no terreno econômico, por um nível relativamente baixo de desenvolvimento capitalista, e, na esfera política, pela falta de importância da burguesia capitalista e pela força do proletariado revolucionário. Isso faz com que:

> "A luta pelos interesses de toda a Rússia recaia sobre a *única classe forte atualmente existente*: o proletariado industrial. Como consequência disso, o proletariado industrial tem uma enorme importância política. Portanto, a luta da Rússia por livrar-se da asfixia do absolutismo se converteu em um *duelo entre este e a classe de operários industriais*, um duelo no qual o campesinato pode dar um apoio importante, mas não pode desempenhar um papel dirigente."

Tudo isso não nos dá o direito de concluir que o "servo" russo pode chegar ao poder antes que seu "amo"?

Há duas classes de otimismo político. Um pode superestimar sua capacidade e as vantagens de uma situação revolucionária e propor-se tarefas cuja realização não está permitida pela correlação de forças. E ao contrário, pode-se também reduzir, *de uma maneira otimista*, seus objetivos revolucionários, dando-lhes um limite que inevitavelmente ultrapassaremos em virtude da lógica da situação.

---

[13] Kautsky, Karl, *O operário russo e o americano*, São Petersburgo, 1906, págs. 4-5. (N. do A.)

Pode-se restringir os limites de todas as questões relativas à revolução afirmando que nossa revolução é, em sua finalidade objetiva e, portanto, em seus resultados inevitáveis, uma revolução *burguesa*. E pode-se fechar os olhos ante o fato de que o ator principal desta revolução burguesa é o proletariado, que, no curso da revolução, é levado ao poder.

Alguém pode consolar-se pensando que, dentro do marco de uma revolução burguesa, a dominação política do proletariado será só um episódio passageiro. E pode-se também fechar os ouvidos ao fato de que o proletariado, uma vez em posse do poder, não o cederá sem uma resistência desesperada, não o largará até que lhe seja arrancado pelas armas.

Pode-se repetir mil vezes que as condições sociais da Rússia ainda não estão maduras para uma ordem econômica socialista sem considerar que o proletariado no poder é inevitavelmente empurrado, por toda a lógica de sua situação, rumo à gestão estatal da indústria.

A definição sociológica geral – *revolução burguesa* – não resolve, de modo algum, as tarefas políticas e táticas, as contradições e dificuldades que *essa* revolução burguesa apresenta.

No marco da revolução burguesa de finais do século XVIII, cuja tarefa objetiva era conseguir o domínio do capital, foi possível a ditadura dos *sans-culottes*. Essa ditadura não era um episódio meramente passageiro, ela deixou sua marca por todo o século seguinte; e isso apesar do fato de ter sido rapidamente esmagada quando se chocou com as barreiras da sociedade burguesa. Na revolução do início do século XX, apesar de ser igualmente burguesa, em virtude de suas tarefas objetivas imediatas, emergiu como perspectiva próxima a inevitabilidade ou, pelo menos, a probabilidade do domínio político do proletariado. O próprio proletariado se ocupará, com toda segurança, de que esse domínio não seja

um "episódio" meramente passageiro, tal como pretendem alguns filisteus realistas. Mas agora já podemos formular a pergunta: "a ditadura do proletariado deve, obrigatoriamente, confinar-se nos marcos determinados pela revolução burguesa ou pode, sobre as bases da *história universal*, abrir para si a perspectiva da vitória, rompendo esse marco limitado?" Aqui se colocam algumas questões táticas: devemos dirigir a ação conscientemente rumo a um governo operário, na medida em que o desenvolvimento revolucionário nos coloque essa etapa, ou teremos que considerar, em tal momento, o poder político como uma desgraça que a revolução burguesa quer atirar sobre a cabeça dos operários e que é melhor evitar?

Teremos que aplicar a nós mesmos as palavras do político "realista" Vollmar sobre os comunardos de 1871, que afirmou que, no lugar de tomar o poder em suas mãos, eles teriam feito melhor se tivessem ido dormir?

V. O PROLETARIADO NO PODER E O CAMPESINATO

No caso de uma vitória decisiva da revolução, o poder passa para as mãos da classe que desempenhou o papel dirigente na luta. Em outras palavras, do proletariado, em nosso caso. Isso não exclui, evidentemente, que representantes revolucionários de grupos sociais não proletários entrem no governo. Eles podem e devem fazê-lo. Uma política sadia levará o proletariado a permitir que participem do poder os líderes influentes da pequena burguesia, da intelectualidade ou do campesinato. Toda a questão consiste no seguinte: *quem dá conteúdo à política governamental e quem constitui no poder uma maioria homogênea?* É muito diferente que representantes de camadas democráticas do povo participem de um governo de maioria operária, e que os representantes do proletariado colaborem, mais ou menos como respeitáveis reféns em um governo democrático-burguês.

A política da burguesia liberal capitalista é, apesar de todas as suas vacilações, recuos e traições, bastante definida. A política do proletariado é ainda mais definida e acabada. Mas a

política da intelectualidade, por causa de sua posição social intermediária e de sua inconsistência; a política do campesinato, por sua posição intermediária, sua heterogeneidade social e por seu primitivismo; a política da pequena burguesia, em razão de sua falta de caráter, de sua posição igualmente intermediária e carência completa de tradições políticas – a política desses três grupos sociais é totalmente indefinida, amorfa, cheia de variadas alternativas e, portanto, cheia de surpresas.

Basta imaginar um governo democrático revolucionário sem representantes do proletariado para perceber de imediato o absurdo disso. A renúncia da social-democracia em participar de um governo revolucionário tornaria impossível que tal governo fosse realmente revolucionário e seria, portanto, uma traição à causa da revolução. A participação do proletariado no governo é objetivamente mais provável e permissível do ponto de vista dos princípios apenas como uma participação *dirigente e dominante.* Naturalmente, pode-se chamar tal governo de ditadura do proletariado e do campesinato, ditadura do proletariado, do campesinato e da intelectualidade ou, finalmente, governo de coalizão entre a classe operária e a pequena burguesia. Mas continua a pergunta: quem predomina no governo e, portanto, sobre a nação inteira? E se estamos falando de um governo operário, então com isso já respondemos: a hegemonia pertencerá à classe operária.

A Convenção, como órgão da ditadura jacobina, não se compôs apenas de jacobinos. Mais ainda, os jacobinos se encontravam inclusive em minoria. Mas a influência dos *sans-culottes* fora da Convenção e a necessidade de uma política decidida para salvar o país puseram o poder nas mãos dos jacobinos. E assim, a Convenção, apesar de *formalmente* ser uma representação nacional composta por jacobinos, girondinos e um vasto centro oscilante, conhecido como pântano, foi, *de fato*, uma ditadura dos jacobinos.

Quando falamos de um governo operário, temos em vista a posição dominante e dirigente dos representantes operários em tal governo. O proletariado não poderá consolidar o poder se não estender a base da revolução. Numerosas camadas das massas trabalhadoras, sobretudo no campo, só serão arrastadas pela revolução e politicamente organizadas depois que o proletariado das cidades, como vanguarda da revolução, tiver empunhado o leme do Estado. A propaganda e a organização revolucionárias serão feitas, então, à custa do Estado. Finalmente, o próprio Poder Legislativo se tornará uma arma poderosa para revolucionar as massas populares. Com isto, nossas condições sócio-históricas, que jogam todo o peso da revolução burguesa sobre os ombros do proletariado, causarão ao governo operário dificuldades enormes, mas, simultaneamente, também lhe proporcionarão, pelo menos nos primeiros tempos de sua existência, vantagens inestimáveis. Isso terá seu efeito nas relações entre o proletariado e o campesinato.

Nas revoluções de 1789-1793 e de 1848, o poder passou, no início, do absolutismo para os elementos moderados da burguesia. Estes libertaram os camponeses (*como*, já é outra questão) antes que a democracia revolucionária subisse ao poder ou se dispusesse a fazê-lo. O campesinato libertado perdeu todo interesse nos atos políticos dos "citadinos", isto é, na continuação posterior da revolução, e se converteu, como um rígido pilar, no fundamento da "ordem", entregando a revolução à reação cesarista ou arque-absolutista.

Agora, e por muito tempo, a revolução russa não permitirá a edificação de qualquer ordem burguesa constitucional que possa solucionar tarefas, ainda que as mais simples, de uma democracia. No que se refere aos burocratas reformistas ao estilo Witte e Stolipin, todos os seus esforços "esclarecidos" vieram abaixo, devido à propria luta pela sua existência.

A sorte dos interesses revolucionários mais elementares dos camponeses e, podemos dizer, de *todo* o campesinato como ordem social está ligada, assim, à sorte de toda a revolução, isto é, à sorte do proletariado.

O proletariado no poder aparecerá aos camponeses como uma classe libertadora.

A dominação do proletariado acarretará não somente a igualdade democrática, a livre autonomia, a passagem da carga fiscal para as classes abastadas, a fusão do Exército com o povo armado, a supressão dos dízimos obrigatórios da Igreja, mas também a legalização de todas as transformações revolucionárias agrárias, em primeiro lugar o confisco das terras pelos camponeses. O proletariado fará dessas transformações um ponto de partida para medidas de Estado sucessivas na economia rural. Nessas condições, os camponeses russos terão todo o interesse em prestar seu apoio ao regime proletário, sobretudo nos primeiros e mais difíceis tempos, como fizeram os camponeses franceses em favor do regime militar de Napoleão Bonaparte, cujas baionetas asseguraram aos novos proprietários a inviolabilidade de suas terras. E isso significa que o congresso de deputados convocado sob a direção do proletariado, que assegurou o apoio do campesinato, não será outra coisa que um aperfeiçoamento democrático do domínio do proletariado.

Não será possível, no entanto, que o campesinato afaste o proletariado para tomar-lhe o lugar?

É impossível. Toda a experiência histórica desmente essa hipótese ao mostrar a absoluta incapacidade do campesinato de desempenhar um papel político *independente.*[14]

---

[14] O surgimento da "União Camponesa", primeiramente, e depois do "Grupo Trabalhista" na Duma não refuta essa tese? Nem um pouco. O que é, de fato, a "União Camponesa"? É a união de alguns representantes da democracia radical com elementos conscientes do campesinato – apa-

A história do capitalismo é a história da subordinação do campo à cidade. O desenvolvimento industrial das cidades europeias tornou impossível, em seu tempo, a continuação das condições feudais no domínio da produção agrária. Mas o campo não produziu ele mesmo nenhuma classe que tivesse podido levar a cabo a tarefa revolucionária da abolição do feudalismo. A mesma cidade que havia subjugado a agricultura ao capital, produziu ao mesmo tempo forças revolucionárias que tomaram corpo político com influência sobre toda a nação e que propagaram ao campo o processo de revolução das condições estatais e de propriedade. No transcurso da evolução progressiva, o campo caiu definitivamente sob o jugo econômico do capital, e o campesinato sob o jugo político dos partidos capitalistas. Estes fazem ressurgir novamente o feudalismo na política parlamentar, convertendo o campesinato em domínio político seu, em uma reserva para a obten-

---

rentemente suas camadas superiores – em nome da revolução democrática e da reforma agrária.

No que diz respeito ao programa agrário da "União Camponesa" (utilização da terra de maneira igualitária), que é sua razão de ser, há que se dizer o seguinte: quanto mais amplo e profundo for o movimento camponês, quanto mais rápido ele chegar ao confisco das terras, mais rapidamente se esfacelará a "União Camponesa" em virtude de milhares de contradições de classe: locais, cotidianas, técnicas. Seus membros exercerão influência nos comitês camponeses, órgãos locais da revolução agrária, mas é óbvio que esses comitês camponeses, que são órgãos econômico-administrativos, não podem acabar com a dependência política do campo em relação à cidade, um dos traços fundamentais de sociedade contemporânea.

O "Grupo Trabalhista", em sua radicalização e falta de identidade, expressa as contradições das aspirações revolucionárias do campesinato. No período das ilusões constitucionais ele seguiu obedientemente aos kadetes. No momento da dissolução da Duma o "Grupo Trabalhista" se colocou, naturalmente, sob a direção da bancada social-democrata. A falta de independência da representação camponesa se mostrará com maior clareza nos dias em que for necessária a mais decidida iniciativa – nos dias da passagem do poder para as mãos da revolução. (N. do A.)

ção de votos. O moderno Estado burguês, com ajuda do fisco e do militarismo, joga o campesinato nas garras do capital usurário e o converte, com a ajuda dos padres pagos pelo Estado, das escolas estatais e da degeneração militar, em vítima de sua política usurária.

A burguesia russa cede todas as posições revolucionárias ao proletariado. Terá que ceder também a hegemonia revolucionária sobre o campesinato. Nessa situação em que o poder passa para as mãos do proletariado, não restará outra opção para o campesinato a não ser aderir ao regime da democracia operária, embora nesse caso, não manifeste maior firmeza moral do que manifestou anteriormente ao aderir ao regime da burguesia. Mas enquanto os partidos burgueses, uma vez conquistados os votos do campesinato, aproveitam-se rapidamente de seu poder para fraudar o campesinato e decepcioná-lo em todas as suas esperanças e promessas, dando lugar, no pior dos casos, a outro partido capitalista, o proletariado, que se apoia no campesinato, empregará todas as suas forças para elevar o nível cultural no campo e desenvolver a consciência política do campesinato.

De tudo isso fica claro como concebemos a ideia de uma "ditadura do proletariado e do campesinato". Não é realmente uma questão de se a consideramos admissível em princípio, se "queremos" ou "não queremos" tal forma de cooperação política. Simplesmente pensamos que ela é irrealizável, pelo menos em um sentido direto e imediato.

De fato, uma coalizão desse tipo supõe ou que um dos partidos burgueses existentes conquiste o campesinato, ou que este crie um poderoso partido independente. Mas como temos tentado demonstrar, nem um nem o outro é possível.

VI. O REGIME PROLETÁRIO

O proletariado pode subir ao poder unicamente apoiando-se em uma sublevação nacional ou no entusiasmo geral da população. O proletariado entrará no governo como o representante revolucionário da nação, como chefe reconhecido da luta contra o absolutismo e a barbárie da servidão. Mas, uma vez no poder, o proletariado iniciará uma nova época, uma época de legislação revolucionária, de política positiva, e, em relação a isso, não há garantias de que continuará sendo reconhecido como representante da vontade da nação. As primeiras medidas do proletariado – a limpeza dos estábulos de Áugias do Antigo Regime e a expulsão de seus moradores – encontrarão o apoio ativo da nação inteira, apesar do que possam dizer os eunucos liberais sobre o enraizamento de certos preconceitos nas massas populares.

A limpeza política será completada por uma reorganização democrática de todas as relações sociais e estatais. O governo operário, por influência da pressão direta e das reivindicações imediatas, terá de intervir decididamente em todas as relações e fenômenos sociais...

Sua primeira tarefa será a expulsão das fileiras do Exército e da administração de todos aqueles que mancharam suas mãos com o sangue do povo. Terá de liquidar ou dissolver os regimentos que se notabilizaram pela repressão criminosa contra o povo. Esse trabalho terá de ser realizado nos primeiros dias da revolução, isto é, muito antes que seja possível introduzir o novo sistema de funcionários eleitos e responsáveis e começar a organização de uma milícia popular. Mas só isso não é suficiente. A democracia operária será confrontada em seguida com a questão da duração da jornada de trabalho, com a questão agrária e com o problema do desemprego...

Um ponto está claro: cada novo dia aprofundará a política do proletariado no poder e deixará cada vez mais claro seu *caráter de classe*. Mas, ao mesmo tempo, também se verá cortado o vínculo revolucionário entre o proletariado e a nação, e a desintegração de classe do campesinato assumirá uma forma política. O antagonismo entre suas partes integrantes crescerá na medida em que a política do governo operário seja consciente de seu próprio destino e se converta, de uma política democrática geral, em uma política de classe.

Embora a ausência de tradições burguesas individualistas e de preconceitos antiproletários no campesinato e na intelectualidade ajude o proletariado a se manter no poder, não há porque duvidar, de outro lado, que essa ausência de preconceitos derive não de uma consciência política, mas de uma barbárie política, da desestruturação social, do primitivismo e do amorfismo. Todos esses elementos e características não podem proporcionar uma base segura para uma política consequente e ativa do proletariado.

A supressão do regime de servidão terá o apoio de *todo* o campesinato como classe oprimida. O imposto progressivo sobre a renda será apoiado pela enorme maioria dos camponeses. Mas as medidas legislativas em defesa do proletariado

agrícola, longe de despertarem a simpatia dessa maioria, se chocarão ainda com a resistência ativa de uma minoria.

O proletariado será forçado a levar a luta de classe ao campo e a romper, assim, a comunidade de interesses que certamente existe entre todos os camponeses, embora em limites relativamente estreitos. No primeiro período de sua dominação, o proletariado se verá obrigado a opor os camponeses pobres aos camponeses abastados e o proletariado agrícola à burguesia agrária. Mas se, por um lado, a heterogeneidade do campesinato constitui uma dificuldade e limita a base de uma política proletária, por outro, sua insuficiente diferenciação de classe criará obstáculos à introdução de uma luta de classes desenvolvida no campesinato, no qual o proletariado urbano pudesse se apoiar. O primitivismo do campesinato mostrará ao proletariado seu lado mais hostil.

O esfriamento do campesinato, sua passividade política e especialmente a resistência ativa das camadas superiores influenciarão uma parte da intelectualidade e da pequena burguesia urbana.

Portanto, quanto mais decidida e definida for a política do proletariado no poder, mais estreita será sua base e mais instável será o solo sob seus pés. Tudo isso é extremamente provável e até inevitável...

Dois traços essenciais da política proletária tropeçarão na resistência de seus aliados: o *coletivismo* e o *internacionalismo.*

O caráter pequeno-burguês e o primitivismo do campesinato, a estreiteza rural de seu horizonte, seu isolamento das questões políticas internacionais serão um obstáculo sério para a estabilização da política revolucionária do proletariado que se encontra no poder.

Imaginar que a social-democracia possa entrar em um governo provisório, dirigi-lo durante um período de reformas democrático-revolucionárias que também inclua suas reivin-

dicações mais radicais, apoiando-se no proletariado organizado, e que logo depois de ter cumprido com seu programa democrático, mude-se do edifício que ela construiu, deixando o caminho livre aos partidos burgueses, entrando na oposição e iniciando uma época de política parlamentar, significaria comprometer a ideia de um governo operário. Isso é assim não porque seja inadmissível "em princípio" – tal atitude não tem sentido – mas porque seria completamente irreal, seria um utopismo da pior espécie, um tipo de utopismo filisteu revolucionário.

E eis o motivo:

A divisão de nosso programa em um mínimo e outro máximo tem um significado principista enorme e profundo no período em que o poder está nas mãos da burguesia. É exatamente a presença da burguesia no poder que exclui de nosso programa mínimo todas as reivindicações que sejam incompatíveis com a propriedade privada dos meios de produção. São essas reivindicações que dão conteúdo à revolução socialista, cuja condição prévia é a ditadura do proletariado.

Mas uma vez que o poder se encontre em mãos do governo revolucionário, com uma maioria socialista, a diferença entre o programa mínimo e o programa máximo perde praticamente toda importância, tanto "em princípio", como na prática. Um governo proletário não pode, de modo algum, atuar dentro de um marco tão limitado. Tomemos a reivindicação da jornada de trabalho de oito horas. Como se sabe, ela não contradiz em nada as condições capitalistas de produção, entrando, portanto, no programa mínimo da social-democracia. Mas imaginemos o quadro de sua realização real durante um período revolucionário em que todas as paixões sociais estejam em tensão. A nova lei se chocaria, sem dúvida, com a resistência organizada e obstinada dos capitalistas, por exemplo, na forma de *lockouts* e fechamento de fábricas e empre-

sas. Centenas de milhares de operários seriam demitidos. O que o governo teria de fazer? Um governo burguês, por mais radical que fosse, não permitiria que se chegasse a esse ponto, já que se veria impotente com as fábricas e empresas fechadas. Teria de fazer concessões, a jornada de oito horas não seria introduzida, a indignação do proletariado seria reprimida.

Sob o domínio político do proletariado, a introdução da jornada de oito horas levaria a consequências muito distintas. O fechamento de fábricas e empresas pelos capitalistas naturalmente não pode ser motivo para prolongar a jornada por parte de um governo que queira se apoiar no proletariado e não no capital, como o liberalismo, e que não queira desempenhar o papel de intermediário "imparcial" da democracia burguesa. Para um governo operário só há uma saída: a expropriação das fábricas e empresas fechadas e a organização de sua produção sobre a base da gestão coletiva.

Naturalmente, pode-se argumentar da seguinte maneira: suponhamos que o governo operário, fiel a seu programa, decrete a jornada de oito horas. Se o capital pratica uma resistência que não pode ser superada com os meios de um programa democrático – já que ele supõe a proteção da propriedade privada – então, os social-democratas irão renunciar e apelar ao proletariado. Essa seria uma solução apenas do ponto de vista do grupo de pessoas que compõe o governo, mas não do ponto de vista do proletariado ou do desenvolvimento da revolução, já que a situação, depois da renúncia da social-democracia, seria a mesma de antes, quando ela se viu obrigada a tomar o poder. Em vista da resistência organizada do capital, a fuga é uma traição ainda maior à revolução do que a renúncia a tomar o poder, já que, realmente, é muito melhor para o partido da classe operária não entrar no governo do que entrar apenas para expor sua própria fraqueza e se retirar.

Outro exemplo. O proletariado no poder tomará as medidas mais enérgicas para resolver o problema do desemprego, já que é óbvio que os representantes operários que entram no governo não podem responder às demandas dos desempregados com argumentos sobre o caráter burguês da revolução.

Mas se o Estado se encarrega de assegurar a subsistência dos desempregados (aqui não é importante saber de que forma), isso significa uma imensa mudança imediata do poder econômico a favor do proletariado. Os capitalistas, cuja pressão sobre o proletariado se baseou sempre na existência de um exército de reserva, se sentem impotentes *economicamente*, enquanto que, ao mesmo tempo, o governo revolucionário os condena à impotência *política*. Se o Estado se encarrega de apoiar os desempregados, ao mesmo tempo se encarrega, com isso, de assegurar a subsistência dos grevistas. Se não faz isso, mina imediata e irrevogavelmente sua própria base de existência.

Aos fabricantes não resta outro remédio do que empregar o *lockout*, o fechamento das fábricas. Está claro que os fabricantes podem suportar durante muito mais tempo a interrupção da produção do que os operários e que, portanto, para o governo operário só há uma resposta a um *lockout* em massa: a expropriação das fábricas e – pelo menos no caso das maiores – a organização da produção sobre uma base estatal ou comunal.

No terreno da agricultura surgem problemas análogos, simplesmente pelo fato da expropriação da terra. Não se pode supor, de modo algum, que um governo proletário divida as grandes propriedades rurais expropriadas em parcelas individuais e as venda para exploração aos pequenos produtores. Aqui o único caminho possível é o de organizar a produção cooperativa sob um controle comunal ou diretamente sob uma gestão estatal. Mas esse é o caminho rumo ao socialismo.

Tudo isso demonstra claramente que a social-democracia não pode entrar em um governo revolucionário tendo prometido ao proletariado não *rebaixar* o programa mínimo e tendo prometido à burguesia, ao mesmo tempo, não *sair* do programa mínimo. Tal compromisso simultâneo seria irrealizável. Ao entrar no governo, não como reféns impotentes, mas como força dirigente, os representantes do proletariado suprimem, por isso mesmo, todo e qualquer limite entre o programa mínimo e o programa máximo, ou melhor, *põem o coletivismo na ordem do dia*. Seguirá, então, nessa direção de acordo com a correlação de forças, e não segundo as intenções do partido do proletariado.

É por isso que não se pode falar de uma forma *especial* de ditadura proletária na revolução burguesa, em particular, da ditadura *democrática* do proletariado (ou do proletariado e do campesinato). A classe operária não pode assegurar o caráter democrático de sua ditadura sem ultrapassar os limites de seu programa democrático. Quaisquer ilusões sobre esse ponto seriam funestas e comprometeriam a social-democracia desde o início.

Se o partido do proletariado conquistar o poder, lutará por esse poder até o fim. A propaganda e a organização no campo serão, sobretudo, uma arma para manter e consolidar o poder, assim como o programa coletivista será outro. O coletivismo não será apenas a conclusão inevitável da situação do Partido no poder, mas se tornará ainda o meio de conservar essa situação, com o apoio do proletariado.

Quando se formulou na imprensa socialista a ideia da *revolução ininterrupta*, que ligava a liquidação do absolutismo e do sistema de servidão civil com a revolução socialista mediante uma série de conflitos sociais em agudização crescente, mediante o surgimento de novas camadas sociais dentre as massas e mediante os contínuos ataques do proletariado

aos privilégios econômicos e políticos das classes dominantes, então, nossa imprensa "progressista" levantou unanimemente uivos de indignação. Oh, ela havia aguentado muito, mas isso ela não poderia aceitar! A revolução, gritou ela, não é um caminho que possa ser "legalizado". A aplicação de medidas extraordinárias só é admissível em circunstâncias extraordinárias. O objetivo do movimento pela emancipação não é o de eternizar a revolução, mas de dirigi-la, o mais rápido possível, para as vias *legais* etc etc etc.

Os representantes mais radicais dessa mesma democracia não se atrevem a manifestar-se contra a revolução do ponto de vista dos "progressos" constitucionais já assegurados. Para eles esse cretinismo parlamentar, que precedeu o surgimento do próprio parlamentarismo, não constitui uma arma eficaz na luta contra a revolução proletária. Eles seguem outro caminho: não se colocam sobre a base do direito, mas sobre a base daquilo que consideram como fatos – sobre a base das "possibilidades" históricas, do "realismo" político e finalmente... finalmente inclusive sobre a base do "marxismo". E por que não? O próprio Antonio, honrado burguês de Veneza, já dizia muito acertadamente: "*não duvides que o Diabo, para seus fins, possa citar até as Sagradas Escrituras.*"

Esses radicais democráticos consideram não só fantástica a ideia de um governo operário na Rússia, mas até mesmo negam a possibilidade de uma revolução socialista na Europa pela próxima época histórica. As "condições" necessárias, dizem eles, ainda não existem. Isso é certo? A questão não é, naturalmente, fixar a data da revolução socialista, mas estabelecer suas perspectivas históricas reais.

VII. AS CONDIÇÕES DO SOCIALISMO

O marxismo fez do socialismo uma ciência. Isso não impede certos "marxistas" de fazer do marxismo uma utopia.

Rozhkov apresenta, argumentando contra o programa de socialização e cooperativismo, as "condições necessárias para o futuro sistema social, estabelecidas firmemente por Marx" da seguinte maneira:

> "Já estão presentes as condições materiais objetivas, que consistem em um tal desenvolvimento técnico que reduza ao mínimo o motivo do benefício pessoal, a existência [?] da iniciativa pessoal, de espírito empreendedor e de risco, de forma a colocar no primeiro plano a produção coletiva? Tal nível da técnica, ligado intimamente ao predomínio quase ilimitado [!] da grande indústria em todos [!] os ramos econômicos, já foi alcançado? Falta também a condição subjetiva, psicológica, o crescimento da consciência de classe do proletariado que, ao fim e ao cabo, traz consigo a união espiritual da esmagadora maioria das massas populares. Conhecemos exemplos de associações de produção, como as conhecidas fábricas de vidro francesas em Albi e outras associações de produção agrícola na França... As expe-

riências francesas mencionadas demonstram mais claramente do que qualquer outro exemplo que, mesmo em um país tão avançado como a França, as condições econômicas não estão suficientemente desenvolvidas para possibilitar um predomínio da cooperação: essas empresas são de tamanho médio, seu nível técnico não é maior que o das empresas capitalistas atuais. Elas *não marcham na vanguarda do desenvolvimento industrial, não o dirigem*, mas alcançam apenas um nível médio modesto. Apenas quando as experiências de algumas associações de produção mostrarem seu papel dirigente na vida econômica, só então estaremos próximos de um novo sistema social, só então poderemos estar seguros de que existem as condições necessárias à sua realização."[15]

Ainda que respeitando as boas intenções do camarada Rozhkov, temos de confessar com tristeza que mesmo na literatura burguesa raras vezes encontramos uma confusão tão grande sobre as chamadas condições do socialismo. Vale a pena determo-nos nessa confusão, se não por Rozhkov, pelo menos pelo problema em si.

Rozhkov explica que ainda não existe "um tal desenvolvimento técnico que reduza ao mínimo o motivo do benefício pessoal, a existência [?] da iniciativa pessoal, de espírito empreendedor e de risco, de forma a colocar no primeiro plano a produção coletiva". É bastante difícil compreender o sentido desse parágrafo. Pelo visto, Rozhkov quer dizer que, primeiro, a técnica moderna ainda não expulsou, em uma medida suficiente, o trabalho humano vivo na indústria; segundo, que a expulsão supõe o *predomínio* "quase" *ilimitado* de grandes empresas em *todos* os ramos da economia e, com ele, a *proletarização* "quase" *ilimitada de toda a população de um país*. Estes são os dois pré-requisitos que se supõe terem sido "estabelecidos firmemente por Marx".

---

[15] N. Rozhkov, *Sobre a questão agrária*, p. 21-22 (N. do A.)

Tentemos imaginar o quadro das condições capitalistas que o socialismo encontrará, segundo o método de Rozhkov: "O predomínio quase ilimitado da grande indústria em todos os ramos da economia" significa, nas condições do capitalismo, como dissemos, a proletarização de todos os produtores pequenos e médios na agricultura e na indústria, isto é, a transformação de toda a população em proletariado. Mas o predomínio ilimitado da técnica mecânica nessas grandes empresas reduz a um mínimo a necessidade de trabalho vivo e converte assim a maioria preponderante da população do país – digamos, 90% – em um exército de reserva que vive alojado em asilos à custa do Estado. Dizemos 90%, mas nada nos impede de ser lógicos e imaginar um estado de coisas em que toda a produção consiste de um único mecanismo automático, pertencente a um único truste e que exija como trabalho vivo apenas um orangotango adestrado. Já se sabe que esta é a brilhante e consequente teoria de Tugan-Baranovsky. Nessas condições, a "produção coletiva" não só se colocará "no primeiro plano", mas dominará todo o espaço. Ao mesmo tempo, e de modo completamente natural, também se organizará o *consumo coletivo*, pois é óbvio que toda a nação, com exceção dos 10% que possuem o truste, viverá às custas públicas. Assim, vemos aparecer por detrás de Rozhkov o rosto sorridente e conhecido do senhor Tugan-Baranovsky. Depois começa o socialismo: a população emerge de seus asilos públicos e expropria o grupo dos expropriadores. Naturalmente, não são necessárias nem a revolução nem a ditadura do proletariado.

A segunda característica econômica da maturidade de um país para o socialismo é, segundo Rozhkov, a possibilidade do *predomínio* da produção cooperativa. Nem mesmo na França as fábricas cooperativas de vidro de Albi rendem mais do que outras empresas capitalistas. Uma produção socialista só é possí-

vel se as cooperativas forem empresas *dirigentes, à frente do desenvolvimento industrial.*

Todas essas considerações são tortas do princípio ao fim. As cooperativas não podem colocar-se à frente do desenvolvimento industrial, não porque o desenvolvimento econômico ainda não tenha progredido o suficiente, mas porque progrediu *demasiado*. O desenvolvimento econômico prepara, indubitavelmente, o terreno para a produção cooperativa, mas para qual? Para a cooperação *capitalista* sobre a base do trabalho assalariado. Qualquer fábrica pode servir como exemplo de tal cooperação capitalista. Com o desenvolvimento técnico, aumenta também a importância dessa cooperação. Mas como a evolução do capitalismo poderia permitir que as cooperativas se coloquem "à frente da indústria"? Em que baseia Rozhkov suas esperanças de que as cooperativas substituam os cartéis e os trustes e se coloquem à frente do desenvolvimento industrial? Está claro que, nesse caso, as cooperativas teriam de expropriar automaticamente todas as empresas capitalistas, depois do que só restaria reduzir a jornada de trabalho até o ponto em que todos os cidadãos tivessem trabalho, regulando o volume da produção dos diferentes ramos para evitar as crises. Dessa forma estaria construído, em seus traços fundamentais, o socialismo. De novo, fica claro que não há nenhuma necessidade da revolução ou da ditadura do proletariado.

O terceiro pré-requisito é psicológico: faltaria "um crescimento tal da consciência de classe do proletariado, capaz de unir espiritualmente a maioria esmagadora do povo". Pelo visto, há de se entender por união espiritual, nesse caso, uma consciente solidariedade socialista. Segue-se portanto que o camarada Rozhkov considera a união da "maioria esmagadora do povo" nas fileiras do Partido Social-Democrata como pré-requisito psicológico para o socialismo. Rozhkov acredi-

ta, pelo visto, que o capitalismo – empurrando os pequenos produtores para as fileiras do proletariado e a massa proletária para as fileiras do exército de reserva industrial – dará à social-democracia a oportunidade de unir espiritualmente a *maioria esmagadora* (90%?) do povo e educá-la.

Isso é tão impossível no mundo da barbárie capitalista quanto o domínio das cooperativas no império da competição capitalista. Mas se fosse possível, está claro que a "maioria esmagadora" da nação, unida na consciência e no espírito, destituiria, de maneira natural e sem complicações, os poucos magnatas capitalistas e organizaria uma ordem econômica socialista sem revolução nem ditadura.

Mas aqui surge a seguinte pergunta: Rozhkov se considera um discípulo de Marx. Mas Marx, explicando os "pré-requisitos essenciais ao socialismo" em seu *Manifesto comunista*, considerava a revolução de 1848 como a antessala imediata da revolução socialista. Depois de sessenta anos, naturalmente, não é preciso ser muito sagaz para reconhecer que Marx se equivocou, pois, como sabemos, o mundo capitalista ainda existe. Mas como ele poderia ter se equivocado *dessa maneira*? Será que ele não percebeu que as grandes empresas ainda não dominavam em todos os ramos industriais? Que as cooperativas de produção ainda não estavam à frente das grandes empresas? Que a maioria esmagadora do povo ainda não estava unida sobre a base das ideias do *Manifesto comunista*? Se nós vemos que tudo isso não existe nem mesmo hoje, como Marx não percebeu que no ano de 1848 não havia nada semelhante? Realmente, o Marx de 1848 era um jovem utópico em comparação com muitos dos atuais mecanismos automáticos infalíveis do marxismo!

Vemos portanto que Rozhkov, ainda que não seja um dos críticos de Marx, não obstante suprime totalmente a revolução proletária como pré-requisito necessário ao socialismo.

Já que Rozhkov apenas expressou muito consistentemente as opiniões compartilhadas por um número considerável de marxistas das duas correntes de nosso partido, é necessário nos ocuparmos das principais bases metodológicas de seus equívocos.

Deve-se observar de passagem que o argumento de Rozhkov sobre o destino das cooperativas é de sua propriedade pessoal. Nós nunca encontramos um socialista que acreditasse em um progresso irresistível tão simples da concentração da produção e da proletarização das massas populares, acreditando, ao mesmo tempo, no papel dirigente das cooperativas de produção antes da revolução proletária. Unir essas duas condições é muito mais difícil no desenvolvimento econômico do que em uma cabeça, embora mesmo neste último sempre teria nos parecido impossível.

Mas tratemos dos dois outros "pré-requisitos", que são preconceitos mais difundidos. O desenvolvimento técnico, a concentração da produção e a elevação da consciência das massas são, sem dúvida, pré-requisitos do socialismo. Mas todos esses processos ocorrem simultaneamente. Não apenas dão ímpeto um ao outro, mas também retardam e *limitam* um ao outro. Cada um desses processos, em um nível superior, exige um desenvolvimento determinado de outro processo em um nível mais baixo. Mas o desenvolvimento completo de cada um deles é incompatível com o completo desenvolvimento dos outros.

O desenvolvimento técnico encontra indubitavelmente seu limite ideal em um único mecanismo automático que extraia matérias-primas do seio da natureza e deposite os bens de consumo acabados aos pés do homem. Se a existência do capitalismo não estivesse limitada pelas relações de classe e a luta revolucionária resultante delas, então teríamos que supor que a técnica – quando se aproximasse do ideal de um único meca-

nismo automático dentro da estrutura do sistema capitalista – também suprimiria automaticamente o capitalismo.

A concentração da produção, resultante das leis da competição, supõe a tendência interna de proletarizar toda a população. Se isolarmos essa tendência, teríamos talvez um motivo para supor que o capitalismo levaria tal obra até o fim, se o processo de proletarização não fosse interrompido por uma revolução. Mas esta é inevitável, dada uma certa correlação de forças, já que muito tempo antes o capitalismo teria convertido a maioria da população em um exército de reserva confinado a asilos similares a prisões.

Prossigamos. A elevação do nível de consciência, sem dúvida, ocorre continuamente graças à experiência da luta diária e aos esforços conscientes dos partidos socialistas. Se analisarmos esse processo em separado, podemos segui-lo até o ponto em que a maioria esmagadora do povo esteja incluída em organizações sindicais e políticas e unida por sentimentos de solidariedade e pela unidade de objetivos. Se esse processo pudesse realmente progredir quantitativamente sem mudar qualitativamente, o socialismo poderia ser realizado pacificamente mediante um ato consciente unânime dos cidadãos do século XXI ou XXII.

Mas toda a questão está no fato de que esses processos, que são historicamente os pré-requisitos para o socialismo, não se desenvolvem isoladamente, mas limitam uns aos outros, e, alcançando uma certa etapa, determinada por numerosas circunstâncias, que, contudo, estão longe do limite matemático desses processos, eles sofrem uma mudança qualitativa e, em sua complexa combinação, conduzem ao que entendemos pelo nome de revolução socialista.

Começaremos com o último processo mencionado: o crescimento do nível de consciência. Isso, como sabemos, não acontece nas academias, onde se pode concentrar artificialmente o

proletariado durante cinquenta, cem ou quinhentos anos, mas em plena vida da sociedade capitalista sobre a base de uma incessante luta de classes. A consciência crescente do proletariado dá uma nova forma a essa luta de classes, lhe outorga um caráter mais profundo e provoca uma reação correspondente da classe dominante. A luta do proletariado contra a burguesia tem sua própria lógica, que se agudiza cada vez mais e que irá desembocar em uma solução do assunto muito antes que as grandes empresas dominem todos os ramos econômicos.

É claro que o crescimento da consciência política apoia-se no aumento numérico do proletariado e a ditadura proletária pressupõe que a força numérica do proletariado seja suficientemente grande para romper a resistência da contrarrevolução burguesa. Mas isso não significa em absoluto que a "maioria esmagadora" da população tenha que se constituir de proletários e que a "maioria esmagadora" do proletariado, de socialistas conscientes. Em todo caso, está claro que o exército revolucionário consciente do proletariado tem que ser mais forte que o exército contrarrevolucionário do capital. Aqui as camadas intermediárias inseguras e indiferentes da população têm de estar em uma situação tal que permita que o regime da ditadura proletária as arraste para o lado da revolução, e não para as fileiras de seus inimigos. A política do proletariado, naturalmente, tem que, conscientemente, levar isto em consideração.

Tudo isso pressupõe, por sua vez, a hegemonia da indústria sobre a agricultura e uma preponderância da cidade sobre o campo.

* * *

Tentemos estudar os pré-requisitos do socialismo, começando com os mais gerais para chegar depois aos mais complexos:

1) O socialismo não é só uma questão de distribuição igualitária, mas também uma questão de produção planificada. O socialismo, isto é, a produção cooperativa em grande escala, só é possível quando o desenvolvimento das forças produtivas tenha alcançado um nível em que as grandes empresas trabalhem mais produtivamente que as pequenas. Quanto maior a preponderância da grande empresa sobre a pequena, isto é, quanto mais desenvolvida a técnica, tanto maiores devem ser as vantagens econômicas da socialização da produção. Tanto mais alto deve ser, consequentemente, o nível cultural de toda a população ao se realizar a distribuição igualitária que se baseia em uma produção planificada.

O primeiro pré-requisito objetivo do socialismo está dado há muito tempo. Desde que a divisão do trabalho social conduziu à divisão do trabalho na manufatura e, especialmente, desde que esta foi substituída pela produção mecânica das fábricas, a grande empresa passou a ser mais lucrativa e isso quer dizer também que uma socialização da grande empresa tornará a sociedade cada vez mais rica. Está claro que a transformação das empresas artesanais em propriedade comum de todos os artesãos não teria tornado estes mais ricos, enquanto que ao transformar as manufaturas em propriedade comum dos operários ocupados nelas, ao transferir as fábricas para as mãos dos operários assalariados, ou melhor, ao transferir todos os meios de produção da grande produção fabril para as mãos de toda a população, o nível material de tal população indubitavelmente se elevaria. Quanto mais alto o estado alcançado pela grande produção, mais alto será também o nível material.

Na literatura socialista cita-se com frequência a petição de Bellers, membro da Câmara dos Comuns da Inglaterra, que apresentou no parlamento, cem anos antes da conspiração de Babeuf, exatamente em 1696, um projeto de organi-

zação de sociedades cooperativas que pretendiam satisfazer, autonomamente, todas as suas necessidades. Segundo os cálculos do inglês, um coletivo de produção deveria constar de duzentas a trezentas pessoas. Não podemos nos ocupar aqui do exame de suas conclusões finais. E tampouco elas têm importância para nós. É importante apenas o fato de que uma tal economia coletivista, mesmo que empregasse apenas cem, duzentas, trezentas ou quinhentas pessoas, já oferecia vantagens de produção nos finais do século XVII.

No início do século XIX, Fourier traçou seu plano de associações de produção e consumo, os falanstérios, que deveriam constar de 2 mil a 3 mil pessoas cada um. Os cálculos de Fourier não se distinguiam precisamente por sua exatidão, mas, em todo caso, o desenvolvimento do sistema manufatureiro daquela época já indicava dimensões muito maiores para os coletivos econômicos do que no exemplo acima mencionado. Mas agora está claro que tanto as associações de John Bellers, como os falanstérios de Fourier estão muito mais próximos das livres comunas econômicas com que sonham os anarquistas, e cujo utopismo não consiste geralmente de que sejam "impossíveis" ou "contra a natureza" (as comunidades comunistas na América demonstraram que são possíveis), mas no fato de estarem cem ou duzentos anos atrás do progresso do desenvolvimento econômico.

A evolução da divisão social do trabalho, por um lado, e da produção mecânica, por outro, fizeram com que o Estado seja, hoje em dia, a única cooperativa capaz de aproveitar em grande escala as vantagens de uma economia coletivista. Ainda mais: a produção socialista não pode ser confinada dentro dos estreitos limites de alguns Estados particulares.

Atlânticus, um socialista alemão que não adotava o ponto de vista marxista, calculou, no final do século passado, as vantagens econômicas de uma economia socialista no marco da

Alemanha. Atlânticus não se distingue de modo algum pelo voo de sua imaginação. Seu raciocínio se move completamente dentro do marco da rotina econômica do capitalismo. Apoia-se em escritos de competentes agrônomos e engenheiros atuais – e nisso está não tanto sua debilidade, mas seu lado forte, posto que o protege de um otimismo exagerado. No fim, Atlânticus chega à conclusão de que no caso de uma organização metódica da economia socialista, aproveitando todos os meios técnicos disponíveis em meados dos anos noventa do século XIX, se poderia duplicar ou triplicar a renda dos operários e reduzir o horário de trabalho à metade do atual.

Não se deve supor, contudo, que Atlânticus foi o primeiro a demonstrar as vantagens econômicas do socialismo: a produtividade de trabalho, infinitamente maior nas grandes empresas, por um lado, e a necessidade de uma planificação da produção, demonstrada pelas crises econômicas, por outro, falam muito mais eloquentemente a favor das vantagens econômicas do socialismo do que a contabilidade socialista de Atlânticus. Seu mérito consiste unicamente em ter expressado essa vantagem em valores aproximados.

O dito anteriormente justifica a conclusão final de que, se fosse certo que o crescimento contínuo do poder técnico dos homens torna o socialismo cada vez mais vantajoso, estão dadas, já há cem ou duzentos anos, os pré-requisitos técnicos suficientes para a produção coletivista em tal ou qual dimensão; e de que o socialismo é *tecnicamente vantajoso* atualmente, não só em um Estado individual, mas, em enorme medida, também à escala internacional.

Mas as vantagens técnicas do socialismo, por si só, não são suficientes para realizá-lo. Durante os séculos XVIII e XIX, as vantagens da grande produção não se apresentaram sob uma forma socialista, mas capitalista. Não se realizaram os projetos de Bellers nem de Fourier. Por que não? Porque na-

quela época não havia nenhuma força social disposta nem capaz de realizar nenhum dos dois.

2) Passemos agora do pré-requisito técnico de produção ao *sócioeconômico*, que é menos geral, mas mais complexo. Se lidamos não com uma sociedade de classes antagônicas, mas com uma comunidade homogênea que elege conscientemente seu sistema econômico, já bastariam amplamente os cálculos de Atlânticus para começar a construção socialista. Atlânticus, socialista de uma espécie muito vulgar, opina justamente isso em seu trabalho. Tal teoria poderia aplicar-se atualmente apenas dentro dos limites da economia privada de uma pessoa ou de uma companhia. Sempre se pode partir do princípio de que um projeto de reforma econômica (introdução de novas máquinas, de novas matérias-primas, de novos regulamentos de trabalho e sistema de remuneração) é aceito unicamente quando tal projeto de reforma traz consigo vantagens comerciais indubitáveis. Mas isso por si só não é suficiente, já que se trata da economia de toda a sociedade. Aqui, lutam interesses antagônicos. O que para uns é vantajoso, prejudica outros. E o egoísmo de uma classe não só atua contra o egoísmo de outra, mas também contra os interesses da totalidade. Para a realização do socialismo é preciso, portanto, que entre as classes antagônicas da sociedade capitalista haja uma força social suficientemente interessada, em razão de sua situação objetiva, na realização do socialismo e suficientemente poderosa para levá-la a cabo depois de superar os interesses hostis e a resistência.

Um dos méritos fundamentais do socialismo científico consiste em ter descoberto teoricamente tal força social no proletariado e em ter mostrado que essa classe, crescendo forçosamente com o capitalismo, pode encontrar sua salvação apenas no socialismo; que a sua situação geral a empurra para o socialismo e que, finalmente, a doutrina do socialismo terá que se tornar a ideologia do proletariado na sociedade capitalista.

Assim, pode-se ver facilmente o grande passo atrás que significa Atlânticus em comparação com o marxismo quando ele afirma que, uma vez que está provado que:

"com a transferência dos meios de produção para as mãos do Estado, não apenas se consegue uma prosperidade geral, mas, além disso, pode-se reduzir a jornada de trabalho, resulta completamente indiferente que se confirme ou não a teoria da concentração do capital ou do desaparecimento das classes sociais intermediárias..."

Uma vez que estejam demonstradas as vantagens do socialismo:

"é inútil pôr todas as esperanças no fetiche do desenvolvimento econômico. Em vez disso, se deveria empreender investigações extensas e chegar a uma ampla e escrupulosa preparação (!) [L.T.] da passagem da produção privada à estatal ou 'social'."[16]

Quando Atlânticus ataca as táticas puramente oposicionistas da social-democracia e recomenda "proceder" em seguida aos preparativos para a transformação socialista, esquece que a social-democracia carece ainda do poder necessário para isto e que Wilhelm II, Bülow e a maioria do Reichstag, apesar de terem o poder em suas mãos, não têm a menor intenção de introduzir o socialismo. O projeto socialista de Atlânticus convence tão pouco os Hohenzollern como os planos de Fourier convenceram os Bourbons restaurados. A única diferença é que este último baseava seu utopismo político em uma fantasia apaixonada no terreno das criações econômicas, enquanto Atlânticus apoia seu utopismo político em uma contabilidade convincente e filisteu-sensata.

Qual deve ser o nível de diferenciação social para que esteja dado o segundo pré-requisito? Em outras palavras: até

---

[16] Atlânticus, *O Estado do futuro*, Editora Delo, São Petersburgo, 1906, págs. 22-23. (N. do A.)

onde precisa chegar a força numérica absoluta e relativa do proletariado? Devemos contar com a metade, com dois terços ou com nove décimos da população? Tentar determinar o marco puramente aritmético deste segundo pré-requisito do socialismo seria uma empresa desesperadora. Em primeiro lugar, em tal esforço esquemático surgiria antes de tudo a pergunta de quem seria incluído entre o "proletariado". Devemos incluir no cálculo as amplas camadas de semiproletários-semicamponeses? Devemos contabilizar o exército de reserva dos proletários urbanos, que, por um lado, se fundem com o proletariado parasitário de mendigos e ladrões e, por outro, povoam as ruas das cidades na qualidade de pequenos comerciantes, desempenhando um papel parasitário em relação à economia total? Essa questão não é nada simples.

A importância do proletariado deriva principalmente de seu papel na grande produção. A burguesia se apoia, em sua luta pelo domínio político, sobre seu poder econômico. Antes de se assenhorar do poder político, ela concentra em suas mãos os meios de produção do país. Isso determina também seu peso social específico. O proletariado, ao contrário, apesar de todas as fantasias cooperativistas, está privado, até o momento da revolução socialista, dos meios de produção. Seu poder resulta do fato de que os meios de produção, encontrando-se nas mãos da burguesia, só podem ser postos em movimento por ele, pelo proletariado. Do ponto de vista burguês, o proletariado é também um dos meios de produção que, junto com os outros, forma um todo, um mecanismo unitário. Mas o proletariado é a única parte não automática desse mecanismo e, apesar de todos os esforços, não pode ser reduzido à condição de um mecanismo automático. Essa posição dá ao proletariado a possibilidade de impedir, segundo sua vontade, o funcionamento da economia social de forma parcial ou total (greve geral ou parcial). Disso está claro que a importância do proletariado,

em igualdade de circunstâncias quanto à força numérica, é tanto maior quanto maior é a massa das forças produtivas que põe em movimento: o proletário de uma grande fábrica – em igualdade de circunstâncias – tem uma importância social maior que um artesão; e um proletário urbano, maior que um proletário do campo. Em outras palavras: o papel político do proletariado é tanto mais importante quanto mais a grande produção predomina sobre a pequena, a indústria sobre a agricultura e a cidade sobre o campo. Se analisarmos a história da Alemanha ou da Inglaterra no período em que o proletariado desses países formava a mesma proporção da população que o proletariado forma agora na Rússia atual, podemos observar que aquele não desempenhava, e nem poderia desempenhar, dada sua condição objetiva, o papel que corresponde atualmente à classe operária russa.

O mesmo vale, como vimos, para as cidades. Quando a população urbana na Alemanha era apenas de 15%, como agora na Rússia, as cidades alemãs não desempenhavam um papel político e econômico na vida do país equivalente ao das cidades russas de hoje em dia. A concentração nas cidades de grandes estabelecimentos industriais e comerciais e a estreita vinculação com as províncias mediante as ferrovias conferem às nossas cidades uma importância muito maior do que a que lhes corresponderia por sua parcela da população. O crescimento de sua importância supera em muito o mero número de habitantes, ao passo que o crescimento da população nas cidades, por outro lado, é maior que o aumento natural da população total... Em 1848, na Itália, o número de artesãos – não só de proletários, mas também de mestres – correspondia aproximadamente a 15% da população, isto é, não menos que a proporção de artesãos e proletários na Rússia atual. Mas o papel que desempenharam foi incomparavelmente inferior ao do proletariado industrial da Rússia na atualidade.

Tudo isso demonstra claramente que a tentativa de predeterminar a proporção da população total que deve fazer parte do proletariado no momento da conquista do poder político é um trabalho infrutífero. No lugar disso, citaremos alguns dados aproximados para mostrar que parte da população forma atualmente o proletariado nos países avançados.

No ano de 1895 na Alemanha correspondiam, do total da população ativa de 20,5 milhões (sem contar o Exército, os funcionários estatais e pessoas de ocupação indeterminada), 12,5 milhões ao proletariado (operários assalariados na agricultura, indústria, comércio e domésticos). A autêntica cifra de operários agrícolas e industriais era de 10,75 milhões. No que se refere aos restantes 8 milhões, muitos também são, em princípio, proletários (operários da indústria doméstica, membros da família que trabalham etc.). Na agricultura, só o número de operários assalariados era de 5,75 milhões. A população agrícola total era aproximadamente 36% da população total. Repetimos que esses números valem para o ano 1895. Nos últimos onze anos ocorreram indubitavelmente mudanças imensas, indo geralmente em uma direção: aumentaram a parte da população urbana em relação à agrícola (em 1882, a população agrícola era de 42%), a parte do proletariado total em relação à população total e a parte do proletariado industrial em relação ao proletariado do campo. Finalmente, corresponde hoje a cada operário industrial mais capital produtivo do que em 1895. Mas inclusive os dados mencionados para 1895 mostram como o proletariado alemão representa já há muito tempo a força dominante na produção do país.

A Bélgica, com sua população de 7 milhões, é um país industrial puro. De 100 pessoas que possuem alguma ocupação, 41 trabalham na indústria no sentido estrito, e apenas 21 trabalham na agricultura. Dos mais de 3 milhões de assalariados, aproximadamente 1,8 milhão, cerca de 60%, corres-

pondem ao proletariado. Esses dados seriam muito mais explicativos se acrescentássemos ao proletariado estritamente diferenciado os elementos sociais que lhe são semelhantes, a saber, os produtores apenas formalmente "independentes", mas que, na realidade, estão escravizados pelo capital: os pequenos funcionários, os soldados etc.

Mas é a Inglaterra que ocupa o primeiro plano do ponto de vista da industrialização da economia e da proletarização da população. Em 1901, o número de ocupados na agricultura, pesca e economia florestal era de 2,3 milhões, enquanto que na indústria, no comércio e no transporte estavam ocupadas 12,5 milhões de pessoas, do que resulta que nos países europeus mais importantes a população urbana supera numericamente a do campo. Mas o predomínio da população urbana não se deve apenas à quantidade da potência produtiva que representa, mas, em uma medida mais elevada, à sua composição qualitativa pessoal. A cidade atrai os elementos mais dinâmicos, os mais capazes e inteligentes da população rural. É difícil demonstrar isso estatisticamente, mas uma comparação de grupos etários entre a população urbana e a do campo pode valer como prova indireta, além de ter significado próprio. Assim, em 1896 contava-se na Alemanha com 8 milhões de ocupados na agricultura e 8 milhões de ocupados na indústria. Mas se dividirmos a população em grupos etários, então resulta que a agricultura tinha um milhão de pessoas entre 14 e 40 anos – os que estão em plena posse de suas energias físicas – a menos que a indústria. Isso mostra que são principalmente os "velhos e as crianças" os que ficam no campo.

De tudo isso podemos tirar a conclusão de que a evolução econômica – o crescimento da indústria, das grandes empresas, o crescimento das cidades, o crescimento do proletariado em geral e do proletariado industrial em particular – *prepa-*

raram o terreno não só para a *luta* do proletariado pelo poder político, mas também para sua *conquista*.

3) Agora trataremos do terceiro pré-requisito do socialismo: *a ditadura do proletariado*. A política é o terreno onde os pré-requisitos objetivos se entrecruzam com os subjetivos e onde ambos se influenciam mutuamente. Em condições técnicas e sócioeconômicas determinadas, uma classe fixa conscientemente o objetivo determinado de conquista do poder, concentra suas forças, calcula a força de seu adversário e estima a situação. Mas mesmo nessa esfera, o proletariado não é absolutamente livre. Além dos fatores subjetivos (consciência, disposição e iniciativa), cuja evolução tem sua própria lógica, o proletariado em sua política enfrenta uma série de elementos objetivos: a política das classes dominantes, as instituições estatais existentes (o Exército, o ensino de classes, a Igreja estatal), as relações internacionais etc.

Primeiro, tratemos do elemento subjetivo: a disposição do proletariado para uma revolução socialista. Sem dúvida, não é suficiente que o nível técnico tenha tornado vantajosa uma economia socialista do ponto de vista da produtividade do trabalho coletivo. Tampouco basta que a diferenciação social, com base nessa técnica, tenha criado um proletariado que represente, por seu significado numérico e econômico, a classe mais importante e interessada, por razões objetivas, no socialismo. Acima de tudo, é preciso que essa classe seja *consciente* de seu interesse objetivo. É necessário que *entenda* que para ela não há outra saída além do socialismo. E é preciso que se una em um exército suficientemente forte para conquistar o poder político em uma luta aberta.

Nas condições de hoje em dia, seria absurdo negar tal afirmação. Apenas velhos blanquistas podem esperar a salvação da iniciativa de organizações conspirativas que se moldaram independentemente das massas; ou anarquistas, seus

antípodas, que podem confiar em um impulso espontâneo das massas, que não se sabe aonde pode dar. A social-democracia entende por conquista do poder uma *ação consciente da classe revolucionária.*

Mas muitos ideólogos socialistas (ideólogos no mau sentido – aqueles que viram tudo de cabeça para baixo) falam da preparação do proletariado para o socialismo no sentido de sua transformação moral. O proletariado e "a humanidade" em geral precisam antes de tudo perder sua velha natureza egoísta. Na vida social devem predominar os impulsos do altruísmo etc. Como estamos muito longe de tal condição e como a "natureza humana" só há de mudar muito lentamente, o advento do socialismo é adiado por vários séculos. Tal ponto de vista parece muito realista e evolucionista, mas na verdade se baseia em considerações moralistas triviais.

Supõe-se que a psicologia socialista deve existir antes do socialismo. Em outras palavras, que é possível inculcar nas massas uma psicologia socialista sobre a base das condições capitalistas. Aqui não se deve confundir a aspiração consciente ao socialismo com a psicologia socialista. Esta última supõe a ausência de motivos egoístas na esfera da vida econômica, enquanto que a aspiração e a luta pelo socialismo nascem da psicologia de classe do proletariado. Por mais pontos de contato que possa haver entre a psicologia de classe do proletariado e a psicologia socialista de uma sociedade sem classes, um abismo profundo as separa.

A luta comum contra a exploração faz brotar na alma operária indícios preciosos de idealismo, de camaradagem solidária e de espírito de sacrifício desinteressado, mas, ao mesmo tempo, a luta pela existência individual, o espectro da miséria, a diferenciação dentro da própria classe operária, a pressão das massas ignorantes de baixo e a atividade corruptora dos partidos burgueses impedem o florescimento com-

pleto desses indícios preciosos. Sem dúvida, o essencial do assunto é que o operário médio – ainda quando possa continuar sendo egoísta e pequeno-burguês, sem ultrapassar em sua qualidade "humana" os representantes médios das classes burguesas – se convence pela própria experiência de vida de que *seus desejos mais simples e suas necessidades mais naturais só podem ser satisfeitos sobre as ruínas do sistema capitalista.*

Os idealistas imaginam a futura geração que será digna do socialismo da mesma maneira que os cristãos imaginam os membros das primeiras comunidades cristãs.

Qualquer que tenha sido a psicologia dos primeiros pregadores do cristianismo (sabemos pelos Atos dos Apóstolos que havia casos de desfalques da propriedade comunal), em todo o caso, ao se espalhar, o cristianismo não só fracassou em relação à transformação do modo de pensar do povo, mas também ele mesmo se degenerou, tornando-se materialista e burocrático. Da prática do ensino fraternal, passou para o papismo e da ordem mendicante, ao parasitismo monástico. Em uma palavra: não conseguiu submeter as condições sociais do meio dentro do qual se desenvolvia. Ao contrário, foi submetido a este. E isso não ocorreu como resultado da torpeza ou do egoísmo dos padres e mestres do cristianismo, mas como consequência das leis irrefutáveis da dependência da psicologia humana em relação às condições de trabalho social e da vida social. E os padres e mestres do cristianismo mostravam essa dependência em suas próprias pessoas.

Se o socialismo propusesse criar uma nova natureza humana dentro dos limites da velha sociedade, não seria mais do que uma nova edição das utopias moralistas. O socialismo não se propõe à tarefa de desenvolver uma psicologia socialista como pré-requisito do socialismo, mas de criar condições de vida socialistas como pré-requisitos de uma psicologia socialista.

VIII. O GOVERNO OPERÁRIO NA RÚSSIA E O SOCIALISMO

Demonstramos anteriormente que os pré-requisitos objetivos de uma revolução socialista já foram criados pelo desenvolvimento econômico dos países capitalistas avançados. Mas o que podemos dizer da Rússia a esse respeito? Podemos esperar que a transferência do poder para as mãos do proletariado russo seja o começo de uma adaptação de nossa economia nacional aos princípios socialistas?

Há um ano respondíamos a essa pergunta em um artigo que se viu submetido a um violento fogo cruzado procedente das duas frações de nosso partido:

> "Os operários parisienses, disse Marx, não esperavam que sua comuna operasse milagres. Tampouco hoje devemos esperar milagres políticos da ditadura do proletariado. O poder político não é todo-poderoso. Seria absurdo supor que o proletariado, uma vez tendo chegado ao poder, poderá, com ajuda de alguns decretos, substituir o capitalismo pelo socialismo. Um sistema econômico não é o produto da atividade do Estado. O proletariado apenas pode utilizar o poder político com toda a

sua energia com o fim de facilitar e abreviar o caminho da revolução econômica rumo ao coletivismo.

O proletariado começará com as reformas que figuram no chamado programa mínimo e, partindo daí, a lógica de sua situação o obrigará a passar para a prática coletivista.

Será relativamente fácil a introdução da jornada de oito horas e do imposto progressivo sobre a renda, embora mesmo aqui o centro de gravidade não estará na promulgação da 'lei', mas na organização de sua realização prática. A dificuldade principal, sem dúvida, será – e aqui está o passo ao coletivismo! – a organização da produção com base na gestão coletiva das fábricas e das empresas que sejam fechadas por seus proprietários como protesto contra esse decreto. Também será uma tarefa relativamente fácil a de promulgar uma lei sobre a abolição dos direitos de herança e a de realizar essa lei na prática. Heranças na forma de dinheiro não terão grande prejuízo sobre o proletariado, nem obstaculizarão sua ordem econômica. Mas, em troca, a apropriação das heranças de terras e indústrias significará para o Estado operário a organização da economia sobre a base da gestão coletiva.

O mesmo vale, numa medida ainda maior, para a expropriação – com ou sem indenização. A expropriação com indenização oferece vantagens políticas, mas traz dificuldades financeiras, enquanto que uma expropriação sem indenização implica vantagens financeiras, mas também inconvenientes políticos. Mas as maiores dificuldades de todas serão encontradas dentro da organização da produção. Repetimos: o governo do proletariado não é um governo que possa fazer milagres.

A socialização da produção começa com os ramos industriais que apresentam menos dificuldades. A produção socializada, em sua primeira fase, aparecerá sob a forma de uns poucos oásis entrelaçados com as empresas privadas dentro do marco das leis da circulação de mercadorias. Quanto mais amplo seja o campo abrangido pela economia socializada, tanto mais óbvias serão suas vantagens, tanto mais seguro se sentirá o novo regime político e tanto mais audazes serão as medidas econômicas seguintes do proletariado. Ao tomar essas medidas, este não apenas se apoiará nas forças produtivas nacionais, mas também na técnica internacional, como em sua política revolucio-

nária não se apoia exclusivamente nas experiências das condições de classe nacionais, mas também em toda a experiência histórica do proletariado internacional."

A dominação política do proletariado é incompatível com sua escravização econômica. Pouco importa a bandeira política sob a qual o proletariado tenha chegado ao poder. Ele é obrigado a tomar o caminho da política socialista. Seria o maior dos utopismos pensar que o proletariado, depois de ter-se elevado, mediante a mecânica interna da revolução burguesa, às alturas da dominação estatal, possa, mesmo que assim o desejasse, limitar sua missão à criação de condições republicano-democráticas para o domínio social da burguesia. Mesmo uma dominação política passageira do proletariado debilitará a resistência do capital, que necessita sempre do apoio do poder político, e outorgará dimensões grandiosas à luta econômica do proletariado. Os operários não podem senão exigir do poder revolucionário o apoio para os grevistas. E o governo, apoiando-se nos operários, não pode negar tal ajuda. Mas isso já significa paralisar a influência do exército de reserva do trabalho e é equivalente ao domínio dos operários, não só no terreno político, mas também no econômico e converte a propriedade privada dos meios de produção em uma ficção. Essas inevitáveis consequências sócio-econômicas da ditadura do proletariado surgirão rapidamente, muito antes que a democratização da ordem política esteja terminada. A barreira entre programa "mínimo" e "máximo" desaparece quando o proletariado toma o poder.

O regime proletário deve lidar desde o início com a solução da questão agrária, com a qual está ligado o destino das grandes massas da população russa. O proletariado, ao resolver esse problema, como também todos os demais, se guiará pelo objetivo fundamental de sua política econômica, isto é, comandar um campo tão amplo quanto possível no qual pos-

sa implementar a organização da economia socialista. Na questão agrária, as formas e a marcha dessa política devem ser determinadas, de um lado, pelos recursos materiais à disposição do proletariado e, de outro, pela necessidade de tomar suas medidas de tal maneira que os aliados potenciais não se sintam empurrados para as fileiras dos contrarrevolucionários.

A *questão agrária*, isto é, a questão do destino da agricultura e suas relações sociais, naturalmente não se esgota com a *questão da terra*, isto é, a questão das formas de propriedade da terra. A resposta que se dê ao problema agrário predeterminará, talvez não a marcha do desenvolvimento da agricultura, mas ao menos a política agrária do proletariado. Em outras palavras: o destino que o regime proletário dará à terra estará estreitamente vinculado à relação geral do regime proletário com o transcurso e as exigências do desenvolvimento agrícola. Por esse motivo, a questão da terra ocupa o primeiro lugar.

Uma das soluções à questão da terra, que os socialistas-revolucionários popularizaram tão lamentavelmente, é a socialização de toda a terra. Essa é uma noção que, liberada de sua maquiagem europeia, não significa outra coisa senão a *partilha negra* [17]. O programa da repartição igualitária supõe, então, a expropriação de todas as terras, não só das terras privadas em geral, não só das terras privadas de camponeses, mas inclusive das terras comunais. Se considerarmos essa expropriação como um dos primeiros passos do novo regime, ainda sob a dominação absoluta das condições do capitalismo mercantil, então vemos que as primeiras "vítimas" dessa expropriação seriam os camponeses ou, pelo menos, eles se sentiriam como tais. Se temos em conta que o camponês pa-

[17] Na tradição camponesa russa, partilha absolutamente igualitária das terras. (N. do E.)

gou, durante décadas, empréstimos que deveriam convertê-lo no proprietário de sua terra, se levamos em consideração que alguns camponeses acomodados adquiriram como propriedade privada um imenso terreno, indubitavelmente fazendo consideráveis sacrifícios, inclusive na geração atual, então podemos facilmente imaginar o quão grande seria a resistência contra a tentativa de declarar propriedade do Estado as terras comunais e as pequenas parcelas privadas. Se o novo regime atuasse desse modo, começaria a levantar contra si uma forte oposição do campesinato.

Por que deveriam passar à propriedade do Estado as terras comunais e as pequenas propriedades privadas de terra? Para colocá-las à disposição, de uma ou outra maneira, da exploração econômica "igualitária" por todos os camponeses, incluídas as camadas atualmente carentes de terras e os operários agrícolas. O novo regime, portanto, *economicamente* não ganharia nada com a expropriação das pequenas propriedades e das terras comunais, posto que, depois da nova repartição, as terras estatais ou públicas passariam ao cultivo econômico privado. E *politicamente* o novo regime cometeria um grave erro, já que colocaria as massas camponeses em oposição ao proletariado urbano como líder da política revolucionária.

A repartição igualitária supõe além disso que estará proibida pela lei o emprego de trabalho assalariado. A abolição do trabalho assalariado pode e deve ser uma *consequência* das reformas econômicas, mas não pode ser levada a cabo previamente, mediante proibições jurídicas. Não basta proibir o agricultor capitalista de empregar operários assalariados. Antes, é preciso assegurar ao camponês carente de terras a possibilidade de uma subsistência racional do ponto de vista da economia social. Sob o programa de exploração igualitária da terra, a proibição do emprego de trabalho assalariado significará, de um lado, a obrigação dos que não têm terras de se

estabelecerem em minúsculas parcelas. De outro, obrigará o Estado a fornecer-lhes o equipamento necessário para sua produção socialmente irracional.

Subentende-se que a intervenção do proletariado na organização da agricultura não pode começar por amarrar alguns operários dispersos a pedacinhos dispersos de terra, mas por explorar grandes terrenos sobre a base de uma gestão estatal ou comunal.

Apenas quando a produção socializada ficar firme sobre seus proprios pés, poderá se impulsionar o processo de socialização mediante a proibição do trabalho assalariado. Isto tornará impossível a existência da pequena agricultura capitalista, deixando ainda espaço suficiente às empresas agrícolas que se autoabastecem parcial ou inteiramente. A expropriação destas não se encaixa de modo algum dentro dos planos do proletariado socialista.

O proletariado não pode, em hipótese alguma, eleger como pauta um programa de "repartição igualitária" que, de um lado, suponha uma expropriação sem finalidade, puramente formal, dos pequenos proprietários e, de outro lado, exija a completa atomização das grandes propriedades em pequenos pedaços. Essa política, do ponto de vista econômico claramente esbanjadora, só poderia ter por base uma motivação utópica-reacionária e, acima de tudo, enfraqueceria politicamente o partido revolucionário.

* * *

Mas até onde pode chegar a política socialista da classe operária nas condições econômicas da Rússia? Uma coisa podemos dizer com toda a segurança: que ela enfrentará obstáculos políticos muito antes de enfrentar o atraso técnico do país. *A classe operária russa não poderá se manter no poder*

nem converter seu domínio temporário em uma ditadura socialista permanente sem o apoio estatal direto do proletariado europeu. Disso não se pode duvidar nem por um momento. E por outro lado, também não se pode duvidar que uma revolução socialista no Ocidente nos permitiria converter diretamente o domínio temporário da classe operária em uma ditadura socialista.

Em 1904, refletindo sobre as perspectivas do desenvolvimento social e analisando a possibilidade de uma revolução iminente na Rússia, Kautsky escreveu:

> "Na Rússia, a revolução não poderia conduzir imediatamente a um regime socialista. Para isso, as condições econômicas do país não estão nem mesmo próximas de maduras. Mas a revolução russa deve dar um forte impulso ao movimento proletário no resto da Europa e, como consequência da luta iniciada, o proletariado poderia obter uma posição dominante na Alemanha. Tal resultado deve ter uma influência sobre toda a Europa, pois deve conduzir à dominação política do proletariado na Europa ocidental e dar ao proletariado da Europa oriental a possibilidade de abreviar as etapas de seu desenvolvimento e, imitando o exemplo alemão, *construir artificialmente instituições socialistas*. A sociedade como um todo não pode saltar artificialmente nenhuma etapa de seu desenvolvimento. Em troca, algumas de suas partes constitutivas podem acelerar seu desenvolvimento atrasado, seguindo o exemplo de países mais avançados, e colocar-se, graças a isso, em uma etapa mais alta, já que não carregam o peso das tradições, como as que existem nos velhos países. Isso *pode* acontecer, mas com isso saímos, como já dissemos, do terreno da *necessidade* e entramos no da *possibilidade*, no qual as coisas podem se desenvolver de uma maneira completamente distinta."[18]

O teórico da social-democracia alemã escreveu essas linhas numa época em que para ele ainda era incerto se a revo-

[18] K. Kautsky, *Perspectivas revolucionárias*, Kiev, 1906. (N. do A.)

lução haveria de começar primeiramente na Rússia ou no Ocidente. Depois, o proletariado russo mostrou uma força colossal, inesperada pelos social-democratas russos mesmo em sua tendência mais otimista. O curso da revolução russa estava decidido no que concerne às suas características fundamentais. O que há dois ou três anos era ou parecia *impossível*, aproximou-se do *possível*, e tudo aponta para o fato que está à beira de se tornar *inevitável*.

IX. A EUROPA E A REVOLUÇÃO

Em junho de 1905, escrevemos:

"Desde 1848 passou-se mais de meio século. Meio século de contínuas conquistas do capitalismo em todo o mundo. Meio século de mútua adaptação "orgânica" das forças da reação burguesa e feudal. Meio século, em cujo transcurso a burguesia mostrou seu desejo ardente pela dominação e sua disposição de lutar selvagemente para conservá-la! Como um mecânico obcecado em busca do *perpetuum mobile* tropeça toda vez em novos obstáculos e empilha um mecanismo sobre outro com o fim de superá-los, da mesma maneira a burguesia mudou e reconstruiu seu aparato de dominação, evitando o conflito 'ilegal' com as forças que lhe são hostis. Mas da mesma forma que nosso mecânico tropeça, finalmente, em um último obstáculo insuperável, a lei da conservação de energia, também a burguesia tropeça em uma última barreira inexorável: o antagonismo de classes, que desemboca inevitavelmente no conflito.

O capitalismo, ao impor a todos os países seu modo de economia e de comércio, converteu o mundo inteiro em um único organismo econômico e político. O crédito moderno ligou milhares de empresários através de um laço invisível, permitindo ao capital uma mobilidade surpreendente e evitando muitas peque-

nas bancarrotas privadas, mas com isso deu, ao mesmo tempo, dimensões inauditas às crises econômicas gerais. Da mesma forma, todo o trabalho econômico e político do capitalismo, seu comércio internacional, seu sistema de monstruosas dívidas públicas e os agrupamentos políticos de nações que incluem todas as forças da reação em uma espécie de sociedade anônima internacional não apenas resistiu a todas as crises políticas individuais, mas também, por outro lado, preparou o terreno para uma crise social de dimensões fabulosas. A burguesia, ao ter camuflado todos os sintomas da enfermidade, ao evitar todas as dificuldades, ao pôr de lado todas as questões fundamentais da política interior e exterior, adiou sua solução, preparando com isto, ao mesmo tempo, o caminho para uma liquidação radical de seu domínio à escala internacional. A burguesia avidamente se aferrou a qualquer poder reacionário, sem perguntar por sua procedência. O papa e o sultão não foram os últimos entre seus amigos. A única razão porque não selou laços de 'amizade' com o imperador da China é que este não representa força alguma: para a burguesia, era muito mais vantajoso saquear suas propriedades do que tê-lo a seu serviço como gendarme e pagá-lo de seu próprio bolso. Portanto, a burguesia internacional colocou a estabilidade inerente a seu sistema estatal numa posição de dependência profunda em relação à instabilidade inerente aos baluartes da reação pré-burguesa.
Isso dá, desde o início, aos acontecimentos em desenvolvimento um caráter internacional e abre uma grande perspectiva: a luta pela emancipação política que a classe operária russa dirige eleva ela mesma a uma altura até hoje desconhecida na história, coloca em suas mãos forças e meios colossais e a capacita para começar em primeiro lugar a destruição do capitalismo à escala internacional, para o que a história criou todos os pré-requisitos objetivos".[19]

Se o proletariado russo, tendo conseguido temporariamente o poder, não transporta por iniciativa própria a revolução para a Europa, então a reação feudal burguesa europeia o *obrigará* a

---

[19] Ver meu prefácio ao Discurso perante o júri, de F. Lasalle, Editora Molot. (N. do A.)

fazê-lo. Naturalmente, seria absurdo determinar de antemão os caminhos pelos quais a revolução russa se estenderá sobre a velha Europa capitalista: tais caminhos mais tarde poderiam parecer completamente inviáveis. Citemos aqui, mais para ilustrar a ideia do que no sentido de uma profecia, a Polônia como vínculo entre o Oriente revolucionário e o Ocidente revolucionário. O triunfo da revolução na Rússia significa obrigatoriamente também a vitória da revolução na Polônia. É fácil imaginar que um regime revolucionário nas dez províncias da Polônia russa deva levar a uma sublevação na Galícia e em Poznan. A isso os governos dos Hohenzollern e dos Habsburgo responderiam com uma concentração de forças militares na fronteira polonesa para logo cruzá-la e destruir o inimigo em seu centro, em Varsóvia. Está completamente claro que a revolução russa não pode abandonar sua vanguarda ocidental nas mãos dos mercenários austro-prussianos. A guerra contra os governos de Wilhelm II e Francisco José representa, nessas condições, para o governo revolucionário da Rússia, uma necessidade. Que posição adotaria o proletariado alemão e austríaco? É óbvio que não podem continuar calmos enquanto o exército de seus países está conduzindo uma cruzada contrarrevolucionária. A guerra de uma Alemanha feudal-burguesa contra uma Rússia revolucionária significa necessariamente a revolução proletária na Alemanha. A quem essa afirmação pareça demasiado categórica, recomendamos que imagine outro acontecimento histórico em que a probabilidade de uma prova de forças aberta entre os operários e os reacionários alemães fosse maior.

Quando nosso ministério de outubro proclamou inesperadamente a lei marcial na Polônia, se estendeu o rumor muito plausível de que isso havia ocorrido sob a instigação de Berlim. Na véspera da dissolução da Duma, o jornal governamental informava, em forma de ameaça, sobre negociações que ha-

viam ocorrido entre os governos de Berlim e de Viena com vistas a uma intervenção armada nos assuntos internos da Rússia para acabar com a agitação. Nenhum desmentido ministerial pôde dissipar o efeito perturbador dessa notícia. Estava claro que nas cortes dos três Estados vizinhos se preparava uma sangrenta vingança contrarrevolucionária. E como poderia ser diferente? Como as monarquias semifeudais vizinhas poderiam observar passivamente as chamas da revolução invadirem as fronteiras de seus domínios?

Embora a revolução russa ainda estivesse longe da vitória, já havia tido um efeito, via Polônia, sobre a Galícia.

Daszinski, em maio deste ano, na conferência da social-democracia polonesa em Lemberg, exclamou:

> "Quem, há um ano, teria previsto o que acontece agora na Galícia? Esse grande movimento camponês espalhou assombro por toda a Áustria; Zbaraz elege um social-democrata como vice-marechal do conselho regional; camponeses editam um jornal socialista revolucionário chamado *Bandeira Vermelha*; grandes manifestações de massas onde participam 30 mil camponeses; desfiles com bandeiras vermelhas e canções revolucionárias nos povoados da Galícia, antes tão tranquilos e apáticos... O que acontecerá quando da Rússia o clamor da nacionalização do solo alcance esses camponeses pauperizados?"

Kautsky assinalou, em suas discussões com o socialista polaco Lusnia, há mais de dois anos, que a Rússia não deveria ser considerada mais como uma bola de ferro amarrada aos pés da Polônia, nem a Polônia como a tropa oriental da Europa revolucionária que invade as estepes da barbárie moscovita. No caso da continuação e da vitória da revolução russa, segundo Kautsky,

> "a questão polonesa novamente se tornará aguda, mas não no sentido que pensa Lusnia; ela será dirigida não contra a Rússia,

mas contra a Áustria e a Alemanha; e, na medida em que a Polônia for servir à causa da revolução, sua tarefa não será a de defender a revolução contra a Rússia, mas de trazê-la da Rússia para a Áustria e a Alemanha."

Agora essa previsão está muito mais próxima da realidade do que o próprio Kautsky poderia pensar.

Mas uma Polônia revolucionária não é, de modo algum, o único ponto de saída possível para a revolução europeia. Pontuamos acima que, já há décadas, a burguesia adia sistematicamente a solução de muitos problemas complexos e urgentes, não só na política interna, mas também na externa. Mesmo tendo armado enormes massas de homens, os governos burgueses são incapazes de se decidirem a resolver com a espada as complicadas questões da política internacional. Só um governo apoiado por uma nação cujos interesses vitais estão ameaçados, ou um governo que perdeu o solo sob seus pés e que se sente impulsionado pelo desespero, pode mandar centenas de milhares de homens para a morte. Nas atuais condições de desenvolvimento político e da técnica militar, do sufrágio universal e do serviço militar obrigatório, só uma confiança profunda por parte da nação ou um louco arrebatamento de cólera pode fazer com que duas nações entrem em conflito. Na guerra franco-prussiana de 1870 vemos, por um lado, Bismarck lutando pela prussianização, isto é, pela unificação da Alemanha – uma necessidade elementar que todo alemão sentia – e, por outro, o governo de Napoleão III, insolente, impotente, desprezado pelo povo, disposto a qualquer aventura que lhe prometesse um prazo de mais doze meses de vida. Na guerra russo-japonesa, os papéis estavam distribuídos de maneira similar: de um lado, o governo do Mikado, lutando pelo domínio do capital japonês sobre a Ásia oriental, sem que lhe opusesse nenhum proletariado revolucionário forte; de outro, um governo autocrático e caduco que se

esforçava em compensar suas derrotas no interior com vitórias no estrangeiro.

Nos velhos países capitalistas não há necessidades "nacionais", isto é, necessidades da *sociedade burguesa inteira*, das quais a burguesia pudesse se sentir defensora. Os governos da Inglaterra, França, Alemanha ou Áustria já não são capazes de conduzir guerras nacionais. Os interesses vitais das massas populares, os interesses das nacionalidades oprimidas ou a bárbara política interna de um país vizinho não induzem governo burguês algum a entrar em uma guerra que pudesse ter um caráter libertador e, portanto, nacional. Por outro lado, os interesses da cobiça capitalista, que com tanta frequência levam, ora esse governo, ora aquele, a tinir suas esporas e cruzar suas espadas, não podem provocar o mínimo eco nas massas populares. Por esse motivo, a burguesia não pode ou não quer provocar ou realizar guerras nacionais. As últimas experiências no sul da África e no leste da Ásia demonstraram aonde conduzem, nas condições atuais, as guerras antinacionais. A grave derrota do conservadorismo imperialista na Inglaterra tem como causa, e não a menos importante, as lições da guerra dos bôers. A outra consequência da política imperialista, muito mais importante e perigosa para a burguesia inglesa, é a autonomia política do proletariado inglês, que, uma vez iniciada, avançará com botas de sete léguas. Vale a pena recordar as consequências da guerra russo-japonesa para o governo de Petersburgo. Porém, mesmo prescindindo dessas duas experiências, os governos europeus têm cada vez mais medo de colocar o proletariado, desde que ele começou a ser independente, ante o dilema: guerra ou revolução. É justamente o medo da insurreição do proletariado que obriga os partidos burgueses, enquanto votam monstruosos orçamentos militares, a manifestar-se solenemente a favor da paz e a sonhar com câmaras internacionais de arbitragem e até

com a organização dos Estados Unidos da Europa. Tudo isso não passa de miserável declamação, que não poderá evitar, naturalmente, nem o antagonismo entre os Estados nem os conflitos armados.

A paz armada que se produziu na Europa depois da guerra franco-prussiana se baseava em um sistema de equilíbrio europeu que supunha a invulnerabilidade da Turquia, a divisão da Polônia, a conservação da Áustria (essa colcha de retalhos etnográfica), mas também a existência do despotismo russo no papel de gendarme, armado até os dentes, da reação europeia. A guerra russo-japonesa assentou um duro golpe nesse sistema, mantido de pé artificialmente, em que a autocracia tinha uma posição de primeiro plano. A Rússia, por um tempo, saiu do assim chamado concerto das potências. O equilíbrio estava destruído. Os êxitos japoneses inflamaram, por outro lado, os instintos conquistadores da burguesia capitalista, e especialmente da bolsa, que joga um grande papel dentro da política atual. A possibilidade de guerra em solo europeu cresceu consideravelmente. Por toda parte amadurecem conflitos e, embora até agora tenham sido resolvidos por meio da diplomacia, isso não é nenhuma garantia para o dia de amanhã. Mas uma guerra europeia significa inevitavelmente a revolução europeia.

Já durante a guerra russo-japonesa, o partido socialista da França declarou que, no caso de uma intervenção do governo francês a favor da autocracia, chamaria o proletariado a tomar as medidas mais decididas, inclusive até chegar à sublevação. Em março de 1906, quando se agudiza o conflito franco-alemão por causa do Marrocos, o Bureau da Internacional Socialista decidiu, no caso de um perigo bélico, "concretizar as medidas de ação mais apropriadas para todos os partidos socialistas internacionais e toda a classe operária organizada, a fim de evitar e deter a guerra". Certamente, aquilo não passou de uma resolução. Para comprovar seu sig-

nificado real, seria preciso uma guerra. A burguesia tem todas as razões para querer evitar tal experimento. Mas, para sua desgraça, a lógica das relações internacionais é mais forte que a lógica dos diplomatas.

A bancarrota do Estado russo, provocada ou pelo esbanjamento da burocracia ou por um governo revolucionário que não queira se responsabilizar pelos pecados do velho regime, suscitará uma tremenda comoção na França. Os radicais, que atualmente têm em suas mãos o destino da França, assumiram, junto com o poder, todas as funções de proteção dos interesses do capital. Por isso, há sérios motivos para supor que a catástrofe financeira (consequência da bancarrota do Estado russo) se converta diretamente em uma crise política na França, que só poderia terminar com a passagem do poder para as mãos do proletariado. De uma maneira ou de outra, seja através de uma revolução na Polônia, através das consequências de uma guerra europeia ou como resultado da bancarrota do Estado russo, a revolução transcenderá os territórios da velha Europa capitalista.

Mas também sem a pressão exterior de acontecimentos tais como a guerra ou a bancarrota, a revolução pode surgir, em um futuro próximo, em um dos países europeus, como consequência da extrema agudização da luta de classes. Não queremos fazer aqui nenhuma suposição sobre qual dos países europeus será o primeiro que marchará pelo caminho da revolução, mas é indubitável que os antagonismos de classe alcançaram, nos últimos anos, um alto grau de tensão em todos os países europeus.

O crescimento colossal da social-democracia alemã no marco de uma constituição semiabsolutista levará o proletariado, por necessidade imperiosa, a um choque aberto contra a monarquia feudal burguesa. A questão da resistência mediante uma greve geral contra um golpe de Estado chegou a ser

desde o ano passado uma das questões centrais na vida política do proletariado alemão. Na França, a passagem do poder aos radicais libera decididamente as mãos do proletariado, que, em relação ao internacionalismo, estiveram atadas durante muito tempo pela colaboração com os partidos burgueses. O proletariado socialista, que recebeu as tradições imortais de quatro revoluções, e a burguesia conservadora, que se esconde atrás da máscara de um partido radical, estão postos cara a cara. Na Inglaterra, onde durante um século inteiro dois partidos burgueses se revezavam nas oscilações do parlamentarismo, começou há pouco tempo, por toda uma série de motivos, o processo de separação política do proletariado. Enquanto que na Alemanha esse processo levou quatro décadas, a classe operária britânica, dispondo de fortes sindicatos e de grande experiência na luta econômica, pôde alcançar, em poucos saltos, o exército do socialismo continental.

A influência da revolução russa sobre o proletariado europeu é extraordinariamente grande. Não só destruirá o absolutismo de Petersburgo, a força principal da reação europeia, mas criará também os pré-requisitos para a revolução na consciência e no ânimo do proletariado europeu.

A tarefa do partido socialista era e é a de revolucionar a consciência da classe operária na mesma medida em que o desenvolvimento do capitalismo revolucionou as condições sociais. Mas o trabalho de agitação e organização nas fileiras do proletariado está marcado por uma inércia interna. Os partidos socialistas europeus, especialmente o maior entre eles, o alemão, desenvolveram um conservadorismo próprio, que é tanto maior quanto maiores são as massas abarcadas pelo socialismo e quanto mais alto é o grau de organização e a disciplina dessas massas. Consequentemente, a social-democracia, como organização, personificando a experiência política do proletariado, pode chegar a ser, em um momento de-

terminado, um obstáculo direto no caminho da disputa aberta entre os operários e a reação burguesa. Em outras palavras: o conservadorismo propagandístico-socialista de um partido proletário pode, em dado momento, obstaculizar a luta direta do proletariado pelo poder. O peso imenso da revolução se manifesta no fato de aniquilar a rotina do partido, destruir o conservadorismo e pôr na ordem do dia a questão da medição aberta de forças entre o proletariado e a reação capitalista. A luta pelo sufrágio universal na Áustria, Saxônia e Prússia se agudizou sob a influência direta da greve de outubro na Rússia. A revolução no Leste irá contagiar o proletariado do Oeste com um idealismo revolucionário, despertando nele o desejo de falar "em russo" com seus inimigos.

Se o proletariado russo se encontrar no poder, embora não mais do que como consequência do êxito temporário de nossa revolução burguesa, então terá à sua frente a hostilidade organizada da reação internacional e a disposição de apoio organizado do proletariado mundial. Abandonada às suas próprias forças, a classe operária russa seria destruída inevitavelmente pela contrarrevolução no momento em que o campesinato se separasse dela. Não lhe restaria outra alternativa do que ligar o destino de seu domínio político, e portanto o destino de toda a revolução russa, ao destino da revolução socialista na Europa.

Ela lançará na balança da luta de classes de todo o mundo capitalista o imenso poder político e estatal que lhe dá a conjuntura temporária da revolução burguesa russa. Com o poder estatal nas mãos, com a contrarrevolução às suas costas e a reação europeia ante si, ela gritará aos seus companheiros de todo o mundo a consigna de luta, dessa vez para o último combate: *Proletários de todos os países, uni-vos!*